



**Copel Comercialização S.A.**

CNPJ nº 19.125.927/0001-86

NIRE: 41300088284

Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia

[www.copel.com](http://www.copel.com)    [copel@copel.com](mailto:copel@copel.com)

Rua Coronel Dulcídio, 800 - Curitiba - Paraná - Brasil

CEP 80420-170

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
E  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2019**

## SUMÁRIO

<b>RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....</b>	<b>25</b>
Balancos Patrimoniais .....	25
Demonstrações de Resultados .....	26
Demonstrações de Resultados Abrangentes .....	26
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	27
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	28
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>29</b>
1. Contexto Operacional.....	29
2. Base de Preparação.....	29
3. Principais Políticas Contábeis .....	30
4. Caixa e Equivalentes de Caixa .....	35
5. Títulos e Valores Mobiliários .....	36
6. Clientes .....	36
7. Outros créditos.....	37
8. Tributos .....	37
9. Depósito judiciais .....	40
10. Investimentos .....	40
11. Obrigações Sociais e Trabalhistas .....	41
12. Fornecedores .....	41
13. Benefícios Pós-emprego .....	41
14. Outras contas a pagar .....	46
15. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes .....	46
16. Patrimônio Líquido .....	47
17. Receita Operacional.....	49
18. Custos e despesas operacionais.....	49
19. Resultado Financeiro .....	50
20. Instrumentos Financeiros .....	51
21. Transações com Partes Relacionadas .....	54
22. Compromissos .....	55
23. Seguros .....	55
24. Eventos subsequentes.....	55
<b>RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE .....</b>	<b>56</b>
<b>RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO .....</b>	<b>59</b>
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL.....</b>	<b>67</b>

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE

Num futuro próximo, a exemplo do que já acontece em outros países do mundo, todos os consumidores, independentemente do porte, poderão escolher seu fornecedor de energia de forma totalmente livre. E por isso que a Copel Energia é, hoje, um dos mais importantes focos de atenção do Grupo Copel, com a missão de conquistar o cliente que optar por essa modalidade, não apenas no Paraná, mas em todo o país.

Prestes a completar quatro anos de existência, a Copel Energia atingiu o número expressivo atingindo 1.3 GW médios de energia vendida em 2019. Passamos a ocupar a 11ª posição no ranking de venda de energia pelas comercializadoras, no acumulado de 2019. Temos aumentado sistematicamente a nossa base de clientes finais: passamos de 284 em dezembro de 2018 para 384 clientes em dezembro de 2019, localizados em 14 estados brasileiros, um número expressivo que nos coloca mais próximos de cumprir nosso objetivo de estar entre os principais players do segmento.

No gerenciamento de riscos da atividade de comercialização de energia, a Copel Energia possui três comissões cujas deliberações norteiam sua atuação:

- Comissão de Preço de Comercialização de Energia, constituída pela Circular nº 061/2019, colegiado técnico, tendo como atribuição estabelecer os preços de compra e venda de energia elétrica.
- Comissão de Estratégia de Comercialização de Energia, constituída pelo Aviso COM nº 018/2019, colegiado técnico, tendo como atribuição analisar os riscos de comercialização de energia (risco de mercado e risco de crédito) e definir estratégias e volumes das operações de compra e venda de energia, sempre observando os limites de risco de mercado aprovados na 175ª ROCAD da Copel Holding.
- Comissão de Comercialização de Energia, constituída pela Circular nº 074/2019, colegiado formado por Diretores da Copel Holding, Copel Energia e Copel Geração e Transmissão, tendo como atribuição analisar e deliberar as propostas de atendimento de grandes consumidores de energia, a partir das recomendações encaminhadas pela Comissão de Preço de Comercialização de Energia.

As operações da Copel Energia são realizadas a partir de um conjunto de normas e procedimentos previamente aprovadas.

A Copel Energia sediou, em março de 2019, reunião de benchmarking com o tema Risco de Crédito da Comercialização de Energia que contou com a participação de importantes comercializadoras de energia. A troca de experiências propiciou o aprimoramento das nossas políticas de Gestão de Risco do Mercado e permitiu a constatação de que a Copel Energia se encontra na vanguarda desse tema.

Atuando com protagonismo no mercado, no segundo semestre de 2019 realizamos dois leilões para aquisição de energias eólica e solar por 15 anos a partir de janeiro de 2023. Esses leilões permitiram ampliar nosso portfólio de energia incentivada para clientes finais, com preços bastante competitivos. Na ocasião, foram adquiridos 250 MW médios, sendo que aproximadamente 90% desse portfólio já foi vendido.

Ainda em 2019, fomos autorizados, pelo Ministério de Minas e Energia, a importar energia da Argentina e do Uruguai, bem como recebemos autorização da Agência Nacional de Petróleo para comercializar gás natural. As autorizações obtidas e os investimentos que pretendemos realizar no segmento de gás natural certamente nos deixam aptos a atuar em um cenário de maior abertura de mercado.

Diante dessa grande crise que estamos enfrentando em 2020, espera-se redução do consumo de nossos clientes e dificuldades no pagamento da fatura de energia, especialmente no período de abril a junho. A Copel Energia tem buscado atuar junto aos seus clientes finais que foram impactados de forma significativa, negociando a redução temporária do montante contratado e realizando o parcelamento dos débitos, mantendo o valor do contrato de energia.

Em relação ao valor justo das operações marcadas a mercado, espera-se que a crise decorrente do COVID19 não cause impacto relevante, na medida em que boa parte das posições estão fechadas e, em nossa avaliação, até o momento, não houve variação significativa dos preços *forward* de médio e longo prazo.

Por fim, acreditamos na importância do papel das comercializadoras nessa nova realidade do arcabouço regulatório. Pela natureza da nossa atividade, devemos continuar produzindo, conciliando ética, respeito às pessoas, dedicação, transparência, responsabilidade, inovação e segurança e saúde, valores que carregamos em nosso Referencial Estratégico e nos orientam como empresa. Por isso, estamos investindo em produtos flexíveis, digitalização dos processos e inovação de produtos para satisfazer as necessidades e desejos de nossos clientes e, assim, continuar obtendo bons resultados em relação à comercialização de energia elétrica.

Franklin Kelly Miguel

Presidente da Copel Energia

## 1. PERFIL ORGANIZACIONAL

A Copel Comercialização S.A. (“Companhia” ou “Copel Energia”), instituída em janeiro de 2016, estabeleceu-se no mercado sob a insígnia Copel Energia, atuando com especialização no mercado livre de compra e venda de energia, motivada pelo movimento acelerado de migração de grandes consumidores do mercado regulado para o Ambiente de Comercialização Livre - ACL. Além de atuar no segmento de compra e venda de energia, oferece para seus clientes serviços de gestão no mercado livre de energia.

A Copel Energia está se preparando para a iminente ampliação da abertura do mercado livre de energia e para os novos desafios do mercado. Acredita e investe na qualidade e *expertise* de seu corpo técnico, nas melhores práticas de governança e ética das relações e no relacionamento próximo a seus clientes, buscando e desenvolvendo soluções para oferecer agilidade, segurança e confiabilidade.

### • Referencial Estratégico

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Copel, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas. São elas:

**Missão:** Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

**Visão:** Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

### Valores:

- **Ética:** Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.
- **Respeito às pessoas:** Consideração com o próximo.
- **Dedicação:** Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.
- **Transparência:** Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.
- **Segurança e Saúde:** Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.
- **Responsabilidade:** Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.
- **Inovação:** Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

**• Copel Energia em Números**

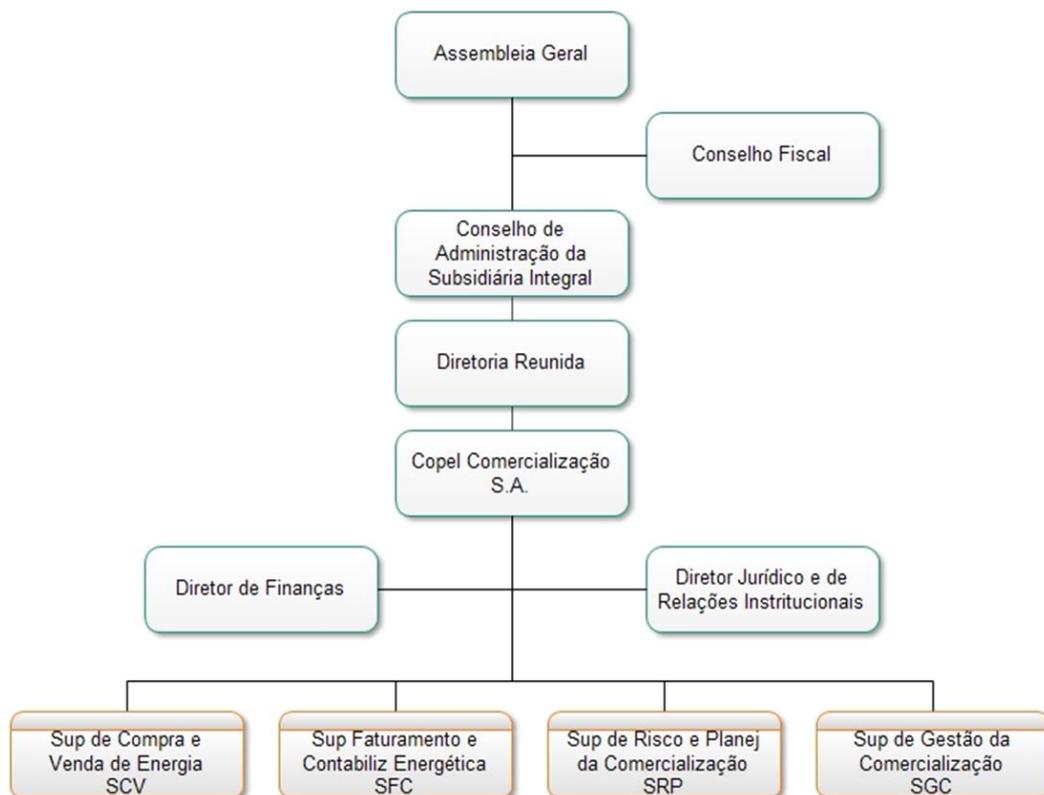
	2019	2018	variação %
<b>Indicadores Contábeis</b>			
Ativo total	690.371	227.287	203,7
Caixa e equivalentes de caixa	9.713	12.399	(21,7)
Títulos e valores mobiliários	1.326	1.302	1,8
Receita operacional bruta	1.999.881	1.491.114	34,1
Deduções da receita	(188.980)	(149.952)	26,0
Receita operacional líquida	1.810.901	1.341.162	35,0
Custos e despesas operacionais	(1.608.245)	(1.354.578)	18,7
Equivalência patrimonial	(280)	(15)	(1.766,7)
Resultado das atividades	202.656	(13.416)	1.610,6
Ebitda ou Lajida	202.420	(13.415)	1.608,9
Resultado financeiro	2.784	5.961	(53,3)
IRPJ/CSLL	(69.854)	2.632	(2.754,0)
Lucro operacional	205.160	(7.470)	2.846,5
Lucro líquido do exercício	135.306	(4.838)	2.896,7
Patrimônio líquido	243.123	83.468	191,3
<b>Indicadores Econômico-Financeiros</b>			
Liquidez corrente (índice)	1,4	1,3	7,7
Liquidez geral (índice)	1,5	1,6	(6,3)
Margem do Ebitda ou Lajida (Ebitda ou lajida/receita operacional líquida) (%)	11,2	(1,0)	1.220,0
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	11,3	(0,6)	1.983,3
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	7,5	(0,4)	1.975,0
Participação de capital de terceiros (%)	64,8	63,3	2,4
Rentabilidade do patrimônio líquido (%) <sup>(1)</sup>	162,1	(3,6)	4.602,8
<sup>(1)</sup> LL ÷ (PL inicial)			

## 2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Comercialização segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora. A gestão da Copel tem como referência, além da Lei nº 13.303/2016, o Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, a Instrução CVM nº 586/2017, as determinações da *Securities and Exchange Commission* - SEC, e a Lei Sarbanes-Oxley - SOX. A Controladora conta com uma Política de Governança Corporativa, na qual estabelece sua responsabilidade, seus objetivos e compromissos, calcados nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa.

### 2.1. Estrutura de Governança

A estrutura de governança da Companhia é a demonstrada a seguir:



A estrutura organizacional da Copel Energia reflete as funções tradicionais encontradas no segmento de comercialização de energia.

A Superintendência de Compra e Venda de Energia – SCV, também conhecida como *Front Office*, é responsável pela compra e venda de energia elétrica com consumidores finais, geradores e comercializadores.

A Superintendência de Riscos e Planejamento da Comercialização – SRP, também conhecida como *Middle Office* é responsável pela cálculo dos riscos das operações de compra e venda de energia (risco de mercado e risco de crédito com as contrapartes), além disso, elabora a proposta de curva de preços de comercialização, realiza estudos relacionados ao mercado de energia, desenvolve produtos e serviços e gerencia o portfólio.

A Superintendência de Faturamento e Contabilização Energética – SFC, também conhecida como *Back Office* – atua junto à Câmara de Comercialização de Energia - CCEE para representar os clientes, medir, contabilizar, bem como faturar e arrecadar a energia comercializada e prestar consultoria no mercado livre de energia.

A Superintendência de Gestão da Comercialização – SGC, conhecida como *Support Office*, coordena atividades de planejamento estratégico, desempenho empresarial e alinhamento dos processos das superintendências, elabora contratos de compra e venda de energia e prestação de serviços, providencia trâmite documental no caso de inadimplência de clientes, bem como realiza atividades de suporte administrativo e financeiro.

Além da estrutura organizacional, a Copel Energia trabalha de forma matricial por meio da Comissão de Preço de Comercialização e pela Comissão de Estratégia de Comercialização, que possuem a função de nortear a estratégia de comercialização, blindando decisões monocráticas.

A Copel Energia gerencia seus contratos de compra e venda de energia por portfólios. Os contratos de compra e venda de energia são alocados em portfólios específicos, a depender da finalidade e uso da energia. Para cada portfólio é apurado o risco de mercado, aferido semanalmente. A soma dos riscos de mercado de cada portfólio deve ficar dentro do limite de risco de mercado aprovado pelo CAD da Copel Holding, excetuando portfólios que contemplem contratos de compra e venda de projetos de geração corporativos. A companhia adota o  $cV@R$  95% como métrica de risco de mercado. O  $cV@R$  fornece informações sobre a extremidade da distribuição da perda. Pode ser interpretada como a maior perda provável para um determinado período, dentro de um intervalo de confiança escolhido. A avaliação do risco de mercado é focada na variação do valor da carteira a cada período de avaliação (semanalmente). A referência de preços utilizada é a curva *forward*, atualizada semanalmente. A atualização da volatilidade é feita pela média móvel ponderada exponencialmente (*Risk Metrics*), com correção para a liquidez (tempo de saída das posições). Os retornos são simulados por distribuições *T-Student* condicionadas, simuladas por Monte Carlo. Atualmente, a Copel Energia utiliza o sistema *Risk Denergia*, fornecido pela empresa Dcide, que contém os bancos de dados das volatilidades e efetua as simulações necessárias para o cálculo do risco de mercado.

A companhia considera o risco de crédito por meio do cômputo da perda esperada (*Expected Loss*). A política de crédito é implementada pela atribuição de limites operacionais atrelados ao risco de crédito, podendo ser composta, ainda, pela definição de garantias financeiras nos contratos de compra e venda de energia, inclusão de seguros de crédito, precificação do risco ou outros instrumentos. Adotamos uma política de concessão de limite de operação de compra e venda de energia para as comercializadoras, diferenciando por posição compradora e posição vendedora e, ainda, diferenciando as comercializadoras por empresas pertencentes a grupos econômicos do setor elétrico ou vinculadas à instituições financeiras ou fundos, e as demais por maturidade (tempo de atuação na CCEE). Estamos permanentemente revisando a nossa política de concessão de limite de operação para as comercializadoras visando incorporar melhores práticas, além de efetuar o monitoramento dessas empresas perante à CCEE.

A maior parte dos contratos de venda para os consumidores finais tem previsão de aporte de garantias financeiras no valor equivalente a 2,5 vezes a fatura mensal. Alguns contratos de pequenos consumidores são na modalidade registro na CCEE, condicionado ao pagamento da energia (registro contra pagamento). Recentemente a Copel Energia, adotou para novos contratos com consumidores de até 1 MWm e com bom histórico de adimplência, a apresentação de garantias financeiras a partir do primeiro atraso no pagamento. Os contratos de venda com comercializadoras e geradoras têm previsão de aporte de garantias financeiras no valor equivalente a 2,5 vezes a fatura mensal. Alguns contratos são na modalidade registro contra pagamento.

Os riscos são acompanhados por meio de relatórios, com periodicidade mínima semanal, por meio da Comissão de Estratégia de Comercialização. São diretrizes da política de risco de comercialização:

- a transparência dos critérios e sua comunicação permanente;
- o aperfeiçoamento constante dos controles internos do processo de gestão de risco e marcação ao mercado (MTM) das posições;
- a obrigatoriedade de manutenção do balanço energético da companhia atualizado;
- a consideração dos preços *forward* e das volatilidades atualizadas, consideradas as maturidades dos produtos e suas correlações;
- a vedação de abertura de posição cujo resultado seja a extrapolação de qualquer limite de risco pré-definido pela gestão da companhia;
- a obrigatoriedade de fechamento de posição que, eventualmente e em decorrência de movimentos de mercado, extrapole qualquer limite de risco pré-definido;
- a obrigatoriedade de observação dos limites de crédito das contrapartes e das demais disposições de controle do risco de crédito cabíveis em cada operação;
- a orientação para automação dos processos, com vistas à redução da possibilidade de erros, ao aumento do tempo para a análise dos resultados e à minimização de discontinuidades em caso de sucessão;

- a busca constante das melhores práticas, considerando a evolução do mercado.

Além disso, os portfólios são Marcados a Mercado (MTM) de acordo com as regras contábeis, a depender da finalidade e uso da energia.

A Companhia segue as práticas e políticas de governança adotadas pela Copel no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Comitê de Indicação e Avaliação, Conselho Fiscal, Conselho de Administração, Diretoria Reunida, Comitê de Auditoria Estatutário e Auditoria interna.

## 2.2. Integridade

### • Programa de Integridade

Em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto Federal nº 8.420/2015 e Lei Federal nº 13.303/2016, a Copel publicou, em 2017, seu Programa de Integridade, conjunto de mecanismos internos de integridade, ética, transparência, gestão de riscos, controles internos, *compliance*, auditoria interna e aplicação do Código de Conduta, que devem ser observados por todos os empregados, administradores e conselheiros fiscais. O Programa tem como objetivo prevenir, detectar e remediar possíveis atos que tenham impacto sobre a Companhia. A iniciativa é coordenada pela Diretoria de Governança, Risco e *Compliance* da Controladora, monitorado por auditoria interna e externa, e submetido ao Comitê de Auditoria Estatutário da Copel.

A divulgação e a disseminação do Programa de Integridade e outras iniciativas de *compliance* são feitas periodicamente em meio eletrônico para toda a Companhia. A consulta a seu inteiro teor pode ser feita nos canais online internos e externos da Copel, por meio do Portal de *Compliance*.

### • Controles internos

Os processos operacionais são anualmente avaliados quanto aos riscos relacionados a erros ou fraudes que possam interferir nos resultados das demonstrações financeiras, sendo estabelecidos controles internos, submetidos a testes pela Auditoria Interna e pelo Auditor Independente, com resultados relatados à Administração. Os testes ocorrem anualmente, a partir de outubro, e são finalizados com avaliação de gravidade e magnitude das deficiências na ocasião do arquivamento do Formulário 20-F da Controladora na SEC, em abril de cada ano.

Levando em conta o número de processos mapeados para atendimento à Lei Sarbanes Oxley, 100% das operações da Copel foram submetidas a avaliações de riscos relacionados a corrupção.

A Companhia desenvolve, ainda, atividades voltadas à manutenção do ambiente de controles internos e ao cumprimento dos requisitos legais e regulatórios vigentes, especialmente da SOX. A estrutura de controles internos segue os padrões do *Committee of Sponsoring Organizations for the Treadway Commission* - COSO, que é um modelo de referência reconhecido internacionalmente..

### • Canais de denúncia

Visando acolher opiniões, críticas, reclamações, denúncias e consultas pessoais, a Copel Energia disponibiliza canais de comunicação, que além de contribuir para o combate a fraudes e corrupção, também ampliam o relacionamento da organização com as partes interessadas. São eles:

- Canal de Denúncias independente: destina-se ao recebimento de denúncias e comunicações relativas ao não cumprimento de leis e normas, especialmente sobre o descumprimento do código de conduta, bem como situações de fraudes, corrupção ou irregularidades que envolvam questões de finanças, auditoria ou contabilidade. O canal garante proteção, preservação da identidade do manifestante e resposta à denúncia. Está disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, por meio do endereço <https://www.copel.com/canaldedenuncias/> (nos idiomas Português e Inglês) ou, pelo telefone: 0800 643 5665.
- Comitê de Ética da Controladora, aprovado na 197ª reunião Ordinária do Conselho de Administração da Copel realizado em dezembro de 2019, sendo formado por membros da Diretoria e do Conselho de Administração, sendo responsável pelo monitoramento do Canal de Denúncias e com autoridade para aplicação de medidas disciplinares;
- Comissão de Análise de Denúncias de Assédio Moral - Cadam: atende e apoia todo empregado vítima de assédio moral em seu ambiente de trabalho. As informações são confidenciais e tanto o denunciante como o denunciado têm garantia de preservação de identidade.

### • Auditoria Externa

Em relação à auditoria externa, a Copel Energia segue as diretrizes de Governança Corporativa da Copel, que por sua vez segue dispositivos estabelecidos pela CVM.

A Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 21.03.2016, para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Os trabalhos necessários à avaliação do ano fiscal se estenderão até 30.06.2020, data que corresponderá ao seu termo, podendo ser prorrogado formalmente em até 12 meses.

A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Instrução CVM nº 308/1999, e/ou o disposto na Lei 8.666/1993 - "Lei das Licitações".

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

### **3. DESEMPENHO OPERACIONAL**

A economia brasileira iniciou 2019 com grandes expectativas para retomada do investimento, queda no desemprego, melhora nas contas públicas e consequente aumento do crescimento econômico. Apesar do cenário otimista, a confiança do empresariado foi perdendo fôlego à medida que as principais reformas previstas para o início de legislatura demoraram a entrar em cena, dentre elas, a tão almejada reforma da previdência, que levou quase onze meses para ser aprovada. Estes fatores, associados a pequenas crises políticas, criaram entraves para a recuperação econômica do país. Na tentativa de remediar a conjuntura desfavorável que tomava conta do cenário nacional, o Governo decidiu liberar parte do saldo das contas do FGTS com o propósito de alavancar o consumo das famílias. Com a inflação apontando para encerrar o exercício próximo do centro da meta, também foi possível que o Comitê de Política Monetária do Banco Central reduzisse por quatro vezes consecutivas a Selic, estabelecendo uma nova marca histórica, de 4,5% ao ano, o que se refletiria em mais recursos acessíveis para investimentos e consumo. Ainda que o esforço possa ter amenizado a deterioração das condições econômicas no período, o mercado de trabalho não reagiu como esperado, permanecendo com taxas de desemprego na casa dos dois dígitos, e com a informalidade crescente. Dentro deste contexto, a perspectiva de crescimento do produto interno bruto de 2019 ficou abaixo do previsto.

Já em âmbito local, o comportamento da economia se mostrou mais favorável, com diversos indicadores conjunturais apresentando resultados positivos. A vigorosa recuperação da indústria, apurada através da pesquisa industrial mensal - produção física do IBGE colocou o Paraná na posição de destaque dentre as unidades da federação que mais se expandiram em 2019. Os principais influenciadores deste resultado foram os segmentos ligados à indústria de veículos, máquinas & equipamentos e principalmente do setor alimentício. A recuperação da safra também atuou como fator multiplicador de riqueza em diversos setores vinculados à agricultura, tais como, a indústria e comércio. O estado também se consolidou como a quarta unidade da federação que mais criou emprego formal durante o ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED do Ministério do Trabalho, reflexo dos bons resultados dos setores da construção civil, comércio e serviços.

#### **3.1. Ambiente regulatório**

Desde 2017, o Ministério de Minas e Energia - MME discute propostas para o aprimoramento do arcabouço legal e regulatório do Setor Elétrico, com agentes do setor e sociedade. Em 04 de abril de 2019, instituiu-se Grupo de Trabalho específico para tratar da Modernização do Setor Elétrico, o qual realizou diagnóstico geral e elaborou relatório de propostas de aprimoramento da legislação do setor. O MME constituiu por meio da Portaria nº 403 de 29 de outubro de 2019, o “Comitê de Implementação da Modernização do Setor Elétrico” com a finalidade de executar o plano de ação contido na Portaria MME nº 187, de 04 de abril de 2019, bem como propor medidas complementares para promover as melhores soluções para a modernização setorial.

Neste contexto, o Comitê de Implementação estabeleceu as seguintes frentes de atuação associadas às propostas de aprimoramento do Setor Elétrico:

- Formação de Preços;
- Critério de Suprimento;
- Medidas de Transição;
- Separação Lastro e Energia;
- Sistemática de Leilões;
- Desburocratização e Melhoria de Processos;
- Governança;
- Inserção de Novas Tecnologias;
- Abertura de Mercado;
- Racionalização de Encargos e Subsídios;
- Sustentabilidade da Distribuição;
- Mecanismo de Realocação de Energia;
- Processo de Contratação;
- Sustentabilidade da Transmissão; e
- Integração Gás - Energia Elétrica.

Ainda em outubro de 2019, o MME apresentou a deputados e senadores suas contribuições em relação ao aprimoramento das regras do Setor Elétrico que necessitam de alterações legais, com o objetivo de propor emendas aos Projetos de Lei - PL nº 1917/2015 e PLS nº 232/2016, que dispõem sobre o modelo comercial do setor elétrico, a portabilidade da conta de luz e as concessões de geração de energia elétrica.

Em complemento, o MME promoveu algumas medidas estabelecidas nas frentes de atuação, no último trimestre de 2019. A Resolução CNPE nº 29, de 12 de dezembro de 2019, revisou o critério geral de garantia de suprimento aplicável aos estudos de expansão da oferta e planejamento da operação do Sistema Interligado Nacional - SIN, e ao cálculo das garantias físicas de energia e potência de um empreendimento de geração.

Outra medida adotada pelo MME, em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, foi a instituição do Grupo de Trabalho CTME, por meio da Portaria Interministerial nº 464, de 12 de dezembro de 2019, com a finalidade de propor uma governança das atividades de ciência, tecnologia e inovação no setor de energia.

Em continuidade ao processo de abertura do mercado, que iniciou com a Portaria nº 514, de 27 de dezembro de 2018, os limites de carga para contratação de energia elétrica convencional, por parte dos consumidores livres, foram revisados por meio da Portaria nº 465, de 12 de dezembro de 2019, ampliando as etapas de redução dos limites de carga para os próximos 3 anos.

Com o objetivo de manter um diálogo com a sociedade e agentes do setor elétrico, foram abertas consultas públicas para receber contribuições relativas: à revisão da garantia física das usinas despachadas centralizadamente; ao desenho do mercado de comercialização de energia elétrica, considerando os produtos lastro e energia; aos aprimoramentos dos modelos computacionais; e à atuação do comercializador varejista, temas que estão no plano de ação do MME.

Em agosto de 2019, a Câmara dos Deputados constituiu a Comissão Especial destinada a propor o Código Brasileiro de Energia Elétrica. O objetivo é colher contribuições do governo, de entidades do setor e dos consumidores para a elaboração do projeto final. O texto final deverá reunir toda a legislação que hoje está dispersa em portarias de diversos órgãos governamentais.

Como revisão à Resolução Normativa nº 63, de 12 de maio de 2004, a Resolução Normativa nº 846, de 11 de junho de 2019, passou a determinar os novos procedimentos de imposição de penalidades aos agentes do setor elétrico, além dos parâmetros para fixação do valor da multa a ser aplicada nos autos de infração. Uma das alterações consiste na aplicação das multas somente no segmento no qual foi observada a infração.

Outro ponto importante desse ano, são os desafios técnicos que a Geração Distribuída - GD trouxe para as concessionárias, de maneira que este tipo de geração possa ser atendida sem trazer distúrbios para os demais consumidores que estão na rede. De acordo com dados da Aneel, existem 199.965 unidades consumidoras que recebem créditos de GD no país, somando uma potência de 1.907 MW. Quando promulgada a resolução nº 482, de 17 de abril de 2012, que dita as regras da GD no país, foi prevista que a revisão das regras deveria ser feita em cinco anos.

### **Comercialização**

O ano de 2019 foi marcado pela crise das comercializadoras alavancadas. No final de 2018, o mercado livre vivia a expectativa de que os preços no início de 2019 caíssem no patamar mínimo do PLD. No final de dezembro e início de 2019 houve redução drástica das chuvas, revertendo a expectativa de preços baixos, fazendo com que os preços disparassem, criando uma turbulência no mercado de comercialização de energia e expondo a fragilidade de várias empresas, no tocante a assumirem riscos maiores do que comporta sua robustez financeira. Essa situação acabou perdurando até o mês de maio, quando houve a liquidação financeira das operações de março. Houve relativa retomada da normalidade do setor que aos poucos recuperou os volumes de energia comercializados e a liquidez. Como consequência as empresas refinaram sua análise de crédito das contrapartes, tornando o mercado mais saudável e sustentável.

Entretanto, esse período foi de avanços para o mercado livre considerando fatos como:

- o limite mínimo de carga de consumidores elegíveis para comprar energia no mercado livre passará para 1,5 megawatts (MW) em 1º de janeiro de 2021 e a partir de janeiro de 2020, a carga mínima exigida foi de 2,5 MW para 2 MW, de acordo com a portaria MME nº 465, de 16 dezembro de 2019;
- o avanço dos projetos de lei PLS nº 232 e PL nº 1.917 que estão no Congresso Nacional;
- elaboração da nova metodologia de definição dos limites máximo e mínimo do PLD, conforme resolução nº 858 de 1º de outubro de 2019;
- revisão da Resolução nº 482, pela Aneel, e os avanços da tecnologia aplicados ao setor elétrico; e
- a definição do cronograma de implantação do preço horário: o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS implementou, em 1º de janeiro de 2020, o DESSEM ou Modelo de Despacho Hidrotérmico de Curtíssimo Prazo, visando otimizar a operação do SIN, uma vez que considera tanto aspectos

relacionados à rede elétrica como à operação das usinas hidroelétricas, termoeletricas e demais componentes do setor. A implantação do DESSEM atende ao estabelecido na portaria de nº 301, de 31 de julho de 2019, do MME.

Desta forma, o ano de 2019 pode ser considerado como de consolidação de parte das medidas de estruturação do segmento e 2020 será o de preparação para os próximos anos da comercialização de energia no país.

### 3.2. Desempenho

Com três anos de existência, a Copel Energia já se posiciona entre as grandes empresas do mercado, contando com uma carteira de mais de 384 clientes em 14 Estados brasileiros, passando a ocupar a 11ª posição no ranking de venda de energia pelas comercializadoras no acumulado de 2019.

Em 2019 consolidou as atividades também como comercializadora varejista. Além disso, ofertou serviços de gestão, consultoria para migração, modelagem para geradores e consumidores, gestão da demanda, entre outros produtos, que permitem aos clientes atuar com segurança no Mercado Livre de Energia.

Tendo como proposta de valor a segurança da Companhia aliada ao bom relacionamento com seus clientes, a Copel Energia atingiu em 2019 a marca de 1,3 GW médios comercializados na CCEE, preparando-se para a ampliação da abertura do Mercado Livre de energia e para os novos desafios do mercado.

#### • Fluxo de Energia (em % e GW/hora)

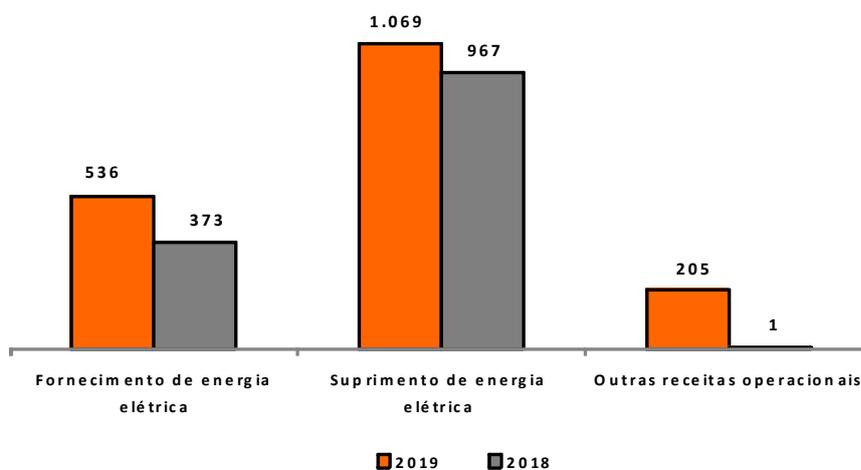
Fluxo de Energia	2019	2018	Varição %
Copel GeT	5.124	2.422	111,6
CCEE (MCP)	34	2	1.600,0
Outros	3.331	4.101	(18,8)
<b>Disponibilidade Total</b>	<b>8.489</b>	<b>6.525</b>	<b>30,1</b>
Consumidores Livres	2.715	2.096	29,5
Contratos Bilaterais	5.506	4.223	30,4
Contratos Bilaterais (Empresas do grupo) <sup>1</sup>	216	180	20,0
CCEE (MCP)	52	26	100,0

<sup>1</sup> Inclui Copel GeT e Eólicas.

## 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

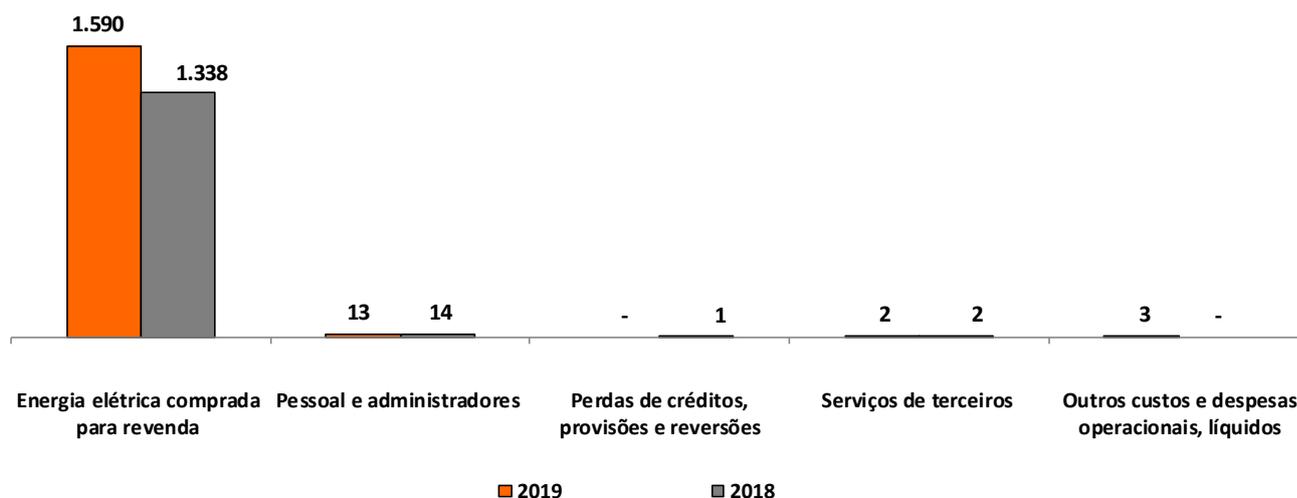
### 4.1. Receita Operacional Líquida

Em 2019, a Receita Operacional Líquida teve acréscimo de R\$ 470,0 milhões, representando 35,0% de aumento em relação a 2018. Tal variação decorre principalmente pelo crescimento das operações de comercialização nesse exercício e pelo reconhecimento ao valor justo do portfólio de contratos de compra e venda de energia referente à variação do preço contratado vs. preço de mercado.



### 4.2. Custos e Despesas Operacionais

Em 2019, os custos e despesas operacionais tiveram acréscimo em 18,7%, variando R\$ 253,6 milhões sobretudo ao maior volume de compra de energia elétrica comprada para revenda.



## 4.2. EBITDA ou LAJIDA

Em R\$ milhões	2019	2018
Lucro líquido	135,3	(4,8)
IRPJ e CSLL diferidos	70,0	(21,6)
IRPJ e CSLL	(0,1)	19,1
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(2,8)	(6,0)
<b>Lajir/Ebit</b>	<b>202,4</b>	<b>(13,3)</b>
Depreciação e Amortização	-	-
<b>Lajida/Ebitda</b>	<b>202,4</b>	<b>(13,3)</b>
Receita Operacional Líquida - ROL	1.810,9	1.341,2
<b>Margem do Ebitda% (Ebitda ÷ ROL)</b>	<b>11,2%</b>	<b>-1,0%</b>

O Ebitda da Companhia, em 2019, foi de R\$ 202,4 milhões, apresentando acréscimo de R\$ 215,7 milhões em relação a 2018.

## 4.3. Resultado Financeiro

O resultado financeiro apresentou decréscimo de R\$ 3,2 milhões devido principalmente pela redução na renda de aplicações no período.

## 5. DESEMPENHO SOCIOAMBIENTAL

### 5.1. Recursos humanos

A Companhia possui 38 empregados no quadro próprio, que estão distribuídos em duas carreiras: nível médio (8 empregados) e nível superior (30 empregados). Em 2019, 4 empregados desligaram-se da Companhia, todos pelo Programa de Demissão Incentivada - PDI. A taxa de rotatividade em 2019 foi de 5,9% e em 2018 de 3,9%.

#### • Desenvolvimento de Pessoal

Em uma era em que as pessoas e seu conhecimento tornaram-se o principal diferencial competitivo das empresas, incentivar e promover a educação e o desenvolvimento dos empregados, contando sempre com profissionais qualificados e experientes, é a estratégia da Copel Energia em face desse desafio, permitindo que todos exerçam seu potencial em ambiente propício ao desenvolvimento de suas habilidades e à evolução em sua carreira. Para isso, são promovidas diversas ações de educação que vão desde treinamentos básicos até cursos de pós-graduação e o desenvolvimento de pesquisa. Essas ações são organizadas em: programas corporativos, treinamentos para formação (destinados à capacitação básica para o exercício da função), treinamentos obrigatórios (cursos destinados a atividades específicas), treinamentos para aperfeiçoamento profissional, eventos (seminários, palestras, *workshops*, congressos, etc.) e projetos de pesquisa e desenvolvimento.

A Copel Energia também oferece treinamentos para os empregados de seus clientes, desde que previstos em contrato ou por interesse da Companhia, voltados sobre o mercado livre de energia.

O modelo de Educação Corporativa tem como fundamento a atuação sinérgica e cooperativa da Universidade Corporativa, focando a competitividade e a rentabilidade dos negócios.

Em 2019, por meio de sua controladora, a UniCopel adquiriu assinatura de uma plataforma de conteúdos para o aperfeiçoamento profissional de seus empregados. São temas como planejamento do tempo, feedback, aprendendo a aprender, entre outros títulos, e que são abertos a toda a Companhia. O objetivo é dar oportunidade de capacitação a todos os empregados.

Além disso, desenvolveu as trilhas de aprendizagem, com uma abordagem voltada a metodologia 70-20-10, em que 70% do aprendizado ocorre durante seu dia a dia no trabalho, por meio de projetos e participações em reuniões e grupos de trabalhos, por exemplo; 20% por meio de comunidades de práticas e sistemas semi-estruturados de educação; e 10% por meio de ações estruturadas de educação como cursos, eventos e programas.

A proposta da Companhia é dar oportunidades diferentes de aprendizado a todos os empregados que necessitam desse conteúdo. São conteúdos que estão ligados diretamente ao trabalho e visam dar acesso a informações, muitas vezes, dispersas pelos sistemas da empresa ou com os especialistas, que em muitos casos não são conhecidos por todos.

### **Programa Liderança Transformadora**

Nesse ano, destaca-se o início do desenvolvimento do projeto de gestão por competências gerenciais. A proposta é, após levantamento das competências comportamentais e técnicas dos gestores da Copel, aplicar metodologia de avaliação e desenvolvimento das competências desses gestores. Assim, elevando o nível de entrega dessa função, ao mesmo tempo que institui um novo modo de identificar as necessidades de capacitação e desenvolvimento.

Ainda, a UniCopel coordenou a Implantação do Programa de Sucessão Gerencial, denominado "Trilhando o Futuro" para empregados que aspiram à carreira gerencial. Nessa iniciativa, os participantes responderam a um questionário de identificação de perfil para composição de um banco de potenciais sucessores.

Também, as gerências já designadas da Copel participaram do programa de *Assessment*, com aplicação de ferramenta de desenvolvimento do comportamento gerencial. Essa iniciativa está subsidiando ações de desenvolvimento, treinamento e capacitação, e é uma opção utilizada como ferramenta de apoio à tomada de decisão por ocasião de designação gerencial em processo seletivo interno.

### **Outros programas**

Além dos programas próprios de treinamento e capacitação, a Companhia incentiva a formação de seus profissionais por meio das seguintes iniciativas:

- Programa de Capacitação em Língua Estrangeira - instituído em 2012, é destinado aos empregados que executam atividades nas quais outro idioma é exigido.
- Cursos de pós-graduação - visa o desenvolvimento profissional em temas específicos e estratégicos com foco na produção de pesquisas, dissertações, teses, gerando inovações e melhorias para a Companhia.

- **Benefícios**

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias e pagamento adicional de mais 1/3 da remuneração; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados; incentivo a qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel e os Jogos Internos; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas; e complementação de auxílio doença. Além desses, à partir de outubro/2018 os empregados, opcionalmente, podem optar pela redução da jornada de trabalho de 08 horas para 06 horas diárias, com consequente redução salarial, conforme critérios previstos em norma interna.

Adicionalmente, por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é patrocinadora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

- **Política salarial**

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR). A PLR dos empregados da Copel ocorre de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010, sendo o montante distribuído de forma igualitária a todos os empregados. A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2019 (R\$ 3.136,00) e o salário mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 998,00) era de 3,14 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

- **Relações trabalhistas**

A Controladora se relaciona com os sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro), esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT.

- **Avaliação de desempenho**

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel Energia é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, anualmente, é aprimorado segundo as melhores práticas do mercado. Para o ciclo 2019, o período de avaliação ocorrerá entre janeiro e março.

## **5.2. Fornecedores**

Os fornecedores da Copel Energia devem respeitar a legislação vigente no País em todos os seus âmbitos. A exigência de conformidade está expressa no Regulamento Interno de Licitações e Contratos, em cláusulas contratuais, nos manuais de cadastramento de fornecedores e nas normas e manuais técnicos, permanentemente disponibilizados online.

Quando o objeto do contrato é a cessão de mão de obra, os trabalhadores terceirizados passam por processo de integração, no qual a Companhia destaca suas demandas contratuais em relação às questões socioambientais, de direitos humanos e trabalhistas, de acessibilidade e de inclusão e combate ao trabalho infantil. O descumprimento de tal exigência pode implicar sanções administrativas, como multas, rescisão contratual ou, até mesmo, o impedimento, por até dois anos, de participar de novas licitações.

Desde 2009, a Copel Energia mantém em seus contratos uma cláusula padrão de responsabilidade socioambiental. Em 2018, passou a vigorar um novo modelo de contrato, que inclui também aspectos de direitos humanos, com destaque para o cumprimento dos 10 Princípios do Pacto Global.

Dependendo do objeto a ser contratado, algumas cláusulas específicas relativas a requisitos ambientais são inseridas nas minutas no edital de licitação / instrumento de contrato.

### 5.3. Clientes

A Copel Energia possui diversos canais de atendimento para o público em geral a fim de manter o foco nas necessidades dos clientes e melhorar seus processos para atendê-los com qualidade. Os principais canais de atendimento são:

- **Telefone:** (41) 3310-5800
- **E-mail:** comercializacao@copel.com
- **Aplicativo mobile:** Copel Energia Mercado Livre, sistema gratuito e disponível na loja virtual Google Play, para usuários do sistema Android, e na loja virtual Apple Store, para usuários do sistema iOS.
- **Site:** www.copelenergia.com.br

### 5.4. Gestão da Sustentabilidade

A sustentabilidade empresarial está integrada e evidenciada na Copel Energia através do seu referencial estratégico, e está contida na missão e visão de seus negócios. As atividades da Companhia alinham-se à Política de Sustentabilidade, que integra o planejamento e a gestão da sustentabilidade, com o objetivo de otimizar o desempenho financeiro, o social e o ambiental. Complementarmente, a Política de Mudança do Clima estabelece as diretrizes para a mitigação dos gases de efeito estufa e a adaptação dos negócios, avaliando os riscos e as oportunidades relacionadas à mudança do clima.

Por essa razão, a Companhia, através de sua Controladora, é signatária do Pacto Global desde 2000, e é membro fundador do Comitê da Rede Global do Pacto Global, criado em 2003, apoiando o movimento para disseminar os princípios do Pacto Global, e para alcançar as metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS.

A gestão da sustentabilidade é baseada nas melhores práticas de mercado. Além de orientar e avaliar o desempenho empresarial, ela o compara às referências globais e locais, tomando como referência o Índice de Sustentabilidade Empresarial B3 - ISE, Indicadores Ethos para Modelos de Negócios Sustentáveis e Responsáveis, *Dow Jones Sustainability Index*, e outras avaliações e classificações relacionadas a ASG (Ambiental, Social e Governança).

Por meio do Relato Integrado Copel, o desempenho em sustentabilidade é comunicado a todas as partes interessadas, seguindo as diretrizes internacionais das normas da *Global Reporting Initiative - GRI* e da *International Integrated Reporting Initiative - IIRC*. Para garantir a confiabilidade das informações divulgadas, os dados são submetidos à asseguuração de auditoria externa independente.

A Copel Energia, através de sua Controladora, possui uma série de programas e projetos que atuam como vetores das ações relacionadas à sustentabilidade e à responsabilidade social:

- **EducaODS:** pretende sensibilizar e informar os públicos interno e externo da Companhia sobre a importância dos ODS, contribuindo para a conscientização, mudança de valores e de comportamentos em relação ao desenvolvimento sustentável. Deste modo, programa motiva a atuação em prol dos ODS.

- Programa de Direitos Humanos: tem o propósito disseminar conhecimento e orientações relativas aos Direitos Humanos, bem como criar mecanismos e práticas que auxiliem a verificação e a promoção desses direitos na Copel e em sua cadeia produtiva. Norteado por documentos da Organização das Nações Unidas (ONU), o programa toma como base especialmente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto Global e os Princípios Orientadores para Empresas e Direitos Humanos.
- Programa Eletricidadania: incentiva os colaboradores a dedicarem de forma voluntária e espontânea, até 8 horas do seu tempo de trabalho profissional, a cada dois meses, para realização de ações sociais. As frentes de atuação foram inspiradas pelos ODS e abrangem temas como direitos humanos, educação, inclusão, saúde, meio ambiente, cidadania e sustentabilidade.
- Programa de Diversidade: atua pela garantia da igualdade de direitos, oportunidades e reconhecimento, com atenção a grupos vulneráveis ou sujeitos à discriminação de gênero, raça, cor, deficiência, orientação sexual, idade e religião.
- Programa de Coleta Seletiva Solidária: atende a legislação estadual sobre a destinação de resíduos recicláveis às associações e cooperativas de catadores, contribuindo principalmente com o ODS1, ODS10 e ODS 11.

Dentro do seu objeto social, consta a comercialização de Certificado de Energia Renovável e Crédito de Carbono. A Companhia está desenvolvendo esses produtos para comercialização a partir de 2020.

Por fim, em 2019 foi realizada a primeira edição do Desafio Copel da Sustentabilidade, iniciativa que incluiu instalações da Copel em todo o Paraná, envolvendo diretamente os empregados. O objetivo do desafio é, por meio da gamificação, disseminar os ODS, bem como a melhorar os indicadores ambientais e sociais da Copel. Ele inclui ações que envolvem a comunidade, instituições públicas, ONGs e outras partes interessadas.

Outras informações sobre Sustentabilidade na Copel Energia estão disponíveis no Relato Integrado Copel ([www.copel.com/sustentabilidade](http://www.copel.com/sustentabilidade)).

## 6. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Secretário Executivo	FRANKLIN KELLY MIGUEL
Membro	ANA LETÍCIA FELLER

### COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente	MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Membros	CARLOS BIEDERMANN LEILA ABRAHAM LORIA LUIZ CLAUDIO MAIA VIEIRA OLGA STANKEVICIUS COLPO

### CONSELHO FISCAL

Presidente	DEMETRIUS NICHELE MACE
Membros Titulares	HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO
Membros Suplentes	EMIR CALLUF FILHO JOÃO LUIZ GIONA JR OTAMIR CESAR MARTINS

### DIRETORIA

Diretor Presidente	FRANKLIN KELLY MIGUEL
Diretor de Finanças	ADRIANO RUDEK DE MOURA
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais	EDUARDO VIEIRA DE SOUZA BARBOSA
Diretor Adjunto	VAGA EM ABERTO

### CONTADOR

CRC-PR-043819/O-0	RONALDO BOSCO SOARES
-------------------	----------------------

### Informações sobre este relatório:

Informações sobre este relatório:	Fone: +55 (41) 3222-2027
Relações com investidores:	ri@copel.com

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Balancos Patrimoniais

em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

em milhares de reais

<b>ATIVO</b>	<b>NE nº</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.713	12.399
Títulos e valores mobiliários	5	1.326	1.302
Clientes	6	159.327	131.871
Valor justo na compra e venda de energia	20.2.4	13.540	10.748
Outros créditos	7	265	267
Imposto de renda e contribuição social	8.1	33.222	9.875
Outros tributos a recuperar	8.3	12.233	14.610
Despesas antecipadas		3	2
Partes relacionadas		-	3
		<b>229.629</b>	<b>181.077</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Depósitos judiciais	9	13.217	187
Valor justo na compra e venda de energia	20.2.4	447.095	4.045
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	-	39.332
		<b>460.312</b>	<b>43.564</b>
<b>Investimentos</b>	10	<b>246</b>	<b>2.442</b>
<b>Imobilizado</b>		<b>54</b>	<b>51</b>
<b>Intangível</b>		<b>123</b>	<b>153</b>
<b>Direito de uso de ativos</b>		<b>7</b>	<b>-</b>
		<b>460.742</b>	<b>46.210</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>690.371</b>	<b>227.287</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas	11	2.586	1.926
Partes relacionadas		264	307
Fornecedores	12	153.037	126.408
Outras obrigações fiscais	8.3	2.590	457
Dividendos a pagar	16.4	88	-
Benefícios pós-emprego	13.3	68	5
Passivo de arrendamentos		1	-
Valor justo na compra e venda de energia	20.2.4	7.152	6.991
Outras contas a pagar	14	2.230	1.243
		<b>168.016</b>	<b>137.337</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	30.033	-
Outras obrigações fiscais	8.3	237	191
Benefícios pós-emprego	13	3.779	2.129
Passivo de arrendamentos		6	-
Valor justo na compra e venda de energia	20.2.4	244.821	4.015
Outras contas a pagar	14	53	-
Provisões para litígios	15	303	147
		<b>279.232</b>	<b>6.482</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
<b>Atribuível aos acionistas da empresa controladora</b>			
Capital social	16.1	45.459	45.459
Adiantamento para futuro aumento de capital		25.385	-
Ajustes de avaliação patrimonial	16.2	(1.921)	(973)
Reserva legal	16.3	9.092	2.508
Reserva de retenção de lucros	16.3	133.016	36.474
Reserva de lucros a realizar	16.4	32.092	-
		<b>243.123</b>	<b>83.468</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>690.371</b>	<b>227.287</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2019	31.12.2018
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	17	<b>1.810.901</b>	<b>1.341.162</b>
<b>Custos Operacionais</b>	18	<b>(1.599.327)</b>	<b>(1.346.612)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>211.574</b>	<b>(5.450)</b>
<b>Outras Receitas (Despesas) Operacionais</b>			
Despesas com vendas	18	(4)	(935)
Despesas gerais e administrativas	18	(8.757)	(10.823)
Outras receitas operacionais, líquidas	18	(157)	3.792
Resultado da equivalência patrimonial	10.1	(280)	(15)
		<b>(9.198)</b>	<b>(7.981)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>202.376</b>	<b>(13.431)</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	19		
Receitas financeiras		3.004	6.065
Despesas financeiras		(220)	(104)
		<b>2.784</b>	<b>5.961</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL</b>		<b>205.160</b>	<b>(7.470)</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	8.4		
Imposto de renda e contribuição social		-	(18.968)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(69.854)	21.600
		<b>(69.854)</b>	<b>2.632</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>135.306</b>	<b>(4.838)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AO ACIONISTA DA EMPRESA CONTROLADORA - em reais</b>	16.5		
Ações ordinárias		2,97645	(0,10731)

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2019	31.12.2018
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>135.306</b>	<b>(4.838)</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
<b>Itens que não serão reclassificados para o resultado</b>	16.2		
Perdas com passivos atuariais			
benefícios pós-emprego		(1.437)	(463)
Tributos sobre outros resultados abrangentes		489	158
<b>Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos</b>		<b>(948)</b>	<b>(305)</b>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>		<b>134.358</b>	<b>(5.143)</b>

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva de lucros a realizar		
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2018</b>		66.289	24.070	(668)	2.508	41.312	-	-	133.511
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	-	(4.838)	(4.838)
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais, líquidas de tributos	16.2	-	-	(305)	-	-	-	-	(305)
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		-	-	(305)	-	-	-	(4.838)	(5.143)
Recebimento de adiantamento		-	100	-	-	-	-	-	100
Redução de capital		(45.000)	-	-	-	-	-	-	(45.000)
Aumento de capital		24.170	(24.170)	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	16.3	-	-	-	-	(4.838)	-	4.838	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		45.459	-	(973)	2.508	36.474	-	-	83.468
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	135.306	135.306
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	-	-	-
Perdas atuariais, líquidas de tributos	16.2	-	-	(948)	-	-	-	-	(948)
<b>Resultado abrangente total do exercício</b>		-	-	(948)	-	-	-	135.306	134.358
Recebimento de adiantamento		-	25.385	-	-	-	-	-	25.385
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	16.3	-	-	-	6.584	-	-	(6.584)	-
Dividendos	16.3	-	-	-	-	-	-	(88)	(88)
Reserva de retenção de lucros	16.3	-	-	-	-	96.542	-	(96.542)	-
Reserva de lucros a realizar	16.4	-	-	-	-	-	32.092	(32.092)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		45.459	25.385	(1.921)	9.092	133.016	32.092	-	243.123

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**  
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018  
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2019	31.12.2018
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		135.306	(4.838)
<b>Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a utilização de caixa das atividades operacionais</b>			
Encargos e variações monetárias não realizadas - líquidas		(422)	(10)
Imposto de renda e contribuição social	8.4	-	18.968
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.4	69.854	(21.600)
Resultado da equivalência patrimonial	10.1	280	15
Apropriação do cálculo atuarial dos benefícios pós-emprego	13.4	264	206
Apropriação das contribuições previdenciárias assistenciais	13.4	1.492	1.792
Depreciação e amortização	18	44	16
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	18	160	926
Resultado das baixas de intangível		-	27
Valor justo nas operações de compra e venda de energia		(204.876)	(3.786)
		<b>2.102</b>	<b>(8.284)</b>
<b>Redução (aumento) dos ativos</b>			
Clientes		(27.460)	(59.779)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		1.181	2.008
Depósitos judiciais		(12.608)	(48)
Outros créditos		2	30
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		(23.347)	(8.102)
Outros tributos a recuperar		2.377	(2.612)
Despesas antecipadas		(1)	(2)
Partes relacionadas		3	541
		<b>(59.853)</b>	<b>(67.964)</b>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Obrigações sociais e trabalhistas		660	(484)
Partes relacionadas		(43)	(794)
Fornecedores		26.629	60.744
Outras obrigações fiscais		2.179	494
Benefícios pós-emprego	13.4	(1.480)	(1.797)
Outras contas a pagar		1.041	1.078
		<b>28.986</b>	<b>59.241</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(28.765)</b>	<b>(17.007)</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(18.990)
<b>CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>(28.765)</b>	<b>(35.997)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras		(24)	(51)
Redução de capital em investidas	10.1	735	-
Aquisições de imobilizado		(14)	(4)
Aquisições de intangível		(3)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>694</b>	<b>(55)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		25.385	100
Redução de capital social		-	(45.000)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		-	(3.717)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>25.385</b>	<b>(48.617)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(2.686)</b>	<b>(84.669)</b>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	12.399	97.068
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	9.713	12.399
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		<b>(2.686)</b>	<b>(84.669)</b>

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**em 31 de dezembro de 2019 e de 2018**  
**em milhares de reais**

## **1. Contexto Operacional**

A Copel Comercialização S.A., (“Companhia” ou “Copel Energia”), com sede na rua Coronel Dulcídio, 800, Curitiba, Estado do Paraná, é sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel ou Controladora), e que tem por objeto social a comercialização de energia e prestação de serviços correlatos.

## **2. Base de Preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 09.04.2020.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

#### 2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NE nº 3.1 - Investimentos em coligada;
- NE nº 3.2 - Instrumentos Financeiros; e
- NE nº 3.8.2 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro Imposto de renda e contribuição social.

#### 2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 20 - Instrumentos financeiros;
- NE nº 3.3 - Redução ao valor de recuperável de ativos;
- NEs nºs 3.4 e 15 - Provisões para litígios e passivo contingente;
- NE nº 3.5 - Reconhecimento de receita;
- NE nº 3.6 - Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- NEs nºs 3.7 e 20.2.4 - Operações de compra e venda de energia; e
- NE nº 13 - Benefícios Pós-emprego.

### **2.5 Julgamento da Administração quanto à continuidade operacional**

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional. A Companhia conta com suporte financeiro de sua controladora.

## **3. Principais Políticas Contábeis**

### **3.1 Investimentos em coligada**

As coligadas são as entidades sobre as quais a investidora tem influência significativa, mas não o controle.

Quando a participação nos prejuízos de uma coligada se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a investidora deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a investidora incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a investidora deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

### **3.2 Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não tem cotação disponível no mercado.

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos conforme descrito na NE nº 3.7.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir:

#### **3.2.1 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

### 3.2.2 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

### 3.2.3 Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

### 3.2.4 Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidas reconhecidas no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

### 3.2.5 Baixas de ativos e passivos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

## **3.3 Redução ao valor recuperável de ativos**

### 3.3.1 Ativos financeiros

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

A Companhia aplica a abordagem simplificada do IFRS 9 / CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e nos dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

### **3.4 Provisões**

Uma provisão deve ser reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado, (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

### **3.5 Reconhecimento da receita**

A receita é mensurada com base na contraprestação que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquida de qualquer contraprestação variável. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto ou serviço ao cliente e quando for provável o recebimento da contraprestação considerando a capacidade e a intenção do cliente de pagar a contraprestação quando devida. A receita operacional da Companhia é proveniente, principalmente, do suprimento e fornecimento de energia elétrica.

A receita proveniente do suprimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base nos dados para faturamento que são apurados pelos MW médios de energia elétrica contratada, e declarados junto a CCEE. Quando as informações não estão disponíveis, a Companhia, por meio de suas áreas técnicas, estima a receita considerando as regras dos contratos, a estimativa de preço e o volume fornecido.

A receita proveniente do fornecimento de energia elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. Além disso, a Companhia registra por estimativa a receita não faturada, calculada entre a data da última medição e o encerramento do mês.

### **3.6 Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE**

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

### **3.7 Operações de compra e venda de energia em mercado ativo**

A Companhia negocia operações de compra e venda de energia e parte de seus contratos são classificados como instrumentos financeiros derivativos mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os ganhos ou perdas líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado destes contratos - diferença entre os preços contratados e os de mercado - são reconhecidos no resultado do exercício.

### **3.8 Pronunciamentos aplicáveis a Companhia a partir de 1º.01.2019**

#### **3.8.1 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos**

O pronunciamento substitui o CPC 06 (R1) / IAS 17 - Arrendamentos, bem como interpretações relacionadas (ICPC 03 / IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27). A adoção da nova norma elimina a contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em reconhecer inicialmente todos os arrendamentos no ativo e passivo a valor presente e reconhecer a amortização do ativo de direito de uso e os juros do arrendamento separadamente no resultado.

#### **Método de transição**

A Companhia não possuía contratos de arrendamento operacional em 1º.01.2019, de modo que a aplicação do pronunciamento ocorreu apenas no decorrer do exercício de 2019.

Em conformidade com a CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia optou por adotar as isenções de reconhecimento prevista para arrendamentos de curto prazo (prazo de arrendamento de até 12 meses), e arrendamentos de ativos de baixo valor, como por exemplo computadores, impressoras e móveis, cujos valores sejam inferiores a R\$ 18. Estes contratos são reconhecidos como custos e/ou despesas operacionais de arrendamento em base linear conforme previsto na norma, durante a vigência do contrato.

#### **Uso de julgamento**

A Companhia considerou para todos os contratos de arrendamento com partes relacionadas e terceiros, a taxa de juros necessária para adquirir ativos em condições similares àqueles aluguéis contratados na data de assinatura. A taxa adotada pela Companhia considera o custo da última captação realizada, baseado no CDI (Certificado de Depósito Interbancário) somado a um *spread* de risco da Companhia. No reconhecimento do contrato a taxa utilizada foi de 9,10% a.a.

#### **Efeitos na aplicação**

Os novos requerimentos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 produziram os impactos apresentado no quadro a seguir, no reconhecimento e apresentação dos contratos de arrendamento e aluguéis, sem efeitos contábeis em 1º.01.2019, por não haver contratos de arrendamento na Companhia naquela data:

Demonstrações Financeiras	CPC 06 (R1) / IAS 17	CPC 06 (R2) / IFRS16
<b>Balço Patrimonial</b>		
Ativo não circulante	-	Direito de uso de ativos
Passivo circulante e passivo não circulante	-	Passivo de arrendamento
<b>Demonstração de Resultado</b>		
Custos Operacionais	Arrendamentos e aluguéis	Amortização do direito de uso de ativos
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	Arrendamentos e aluguéis	Amortização do direito de uso de ativos
Despesa Financeira	-	Juros sobre o passivo de arrendamento
<b>Demonstração de Fluxo de Caixa</b>		
Pagamentos de juros de passivos de arrendamento	-	Atividade operacional
Pagamentos de principal de passivos de arrendamento	-	Atividade de financiamento

### 3.8.2 ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o lucro

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Conforme atendidos determinados requisitos, como por exemplo quando for mais provável que a autoridade fiscal não aceite determinado tratamento, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, considerando esta incerteza.

A Companhia avaliou seus tratamentos de tributos sobre o lucro e concluiu a que aplicação da norma não gerou impacto em seus resultados.

### 3.9 **Novas normas adotadas a partir deste exercício**

A partir de 1º.01.2020 estarão vigentes alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia:

- (i) CPC 00 (R2) Estrutura conceitual para relatório financeiro (*Conceptual framework*);
- (ii) Revisão anual do CPC nº 14/2019: alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão do CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) / IFRS 3 e alteração da definição de materialidade no CPC 26 (IAS 1) e no CPC 23 (IAS 8).

## 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2019	31.12.2018
Caixa e bancos conta movimento	251	617
Aplicações financeiras de liquidez imediata	9.462	11.782
	<b>9.713</b>	<b>12.399</b>

Compreendem numerário em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco) de comprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas a 98,3% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 5. Títulos e Valores Mobiliários

<b>Categoria</b>	<b>Indexador</b>	<b>Destinação</b>	<b>Vencimento</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	90% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário	Garantias em contratos junto a CCEE	4 meses	1.326	1.302

## 6. Clientes

	<b>Saldos vincendos</b>	<b>Vencidos até 90 dias</b>	<b>Vencidos há mais de 90 dias</b>	<b>Saldo 31.12.2019</b>	<b>Saldo 31.12.2018</b>
<b>Consumidores</b>					
Consumidores livres - industrial	42.272	635	1	42.908	31.406
Consumidores livres - comercial	11.063	25	-	11.088	6.535
Outros créditos	-	257	9.959	10.216	621
	<b>53.335</b>	<b>917</b>	<b>9.960</b>	<b>64.212</b>	<b>38.562</b>
<b>Concessionárias, permissionárias e comercializadoras</b>					
<b>Suprimento de energia elétrica</b>					
Contratos bilaterais	95.217	74	10	95.301	89.083
CCEE	9.780	-	-	9.780	4.232
	<b>104.997</b>	<b>74</b>	<b>10</b>	<b>105.081</b>	<b>93.315</b>
<b>(-) Perdas de créditos esperadas (6.1)</b>	-	-	<b>(9.966)</b>	<b>(9.966)</b>	<b>(6)</b>
	<b>158.332</b>	<b>991</b>	<b>4</b>	<b>159.327</b>	<b>131.871</b>

O prazo médio de recebimento é de 10 dias.

### 6.1 Perdas de créditos esperadas

As perdas de créditos esperadas são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização da conta clientes, considerando critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

A Companhia considera o ajuste para perdas de créditos esperadas o suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, conforme a composição abaixo:

	Saldo em 1°.01.2018	Adições	Perdas	Saldo em 31.12.2018	Adições	Saldo em 31.12.2019
<b>Consumidores</b>						
Consumidores livres - industrial	-	931	(929)	2	-	2
	-	<b>931</b>	<b>(929)</b>	<b>2</b>	-	<b>2</b>
<b>Concessionárias, permissionárias e comercializadoras</b>						
Comercializadoras	-	4	-	4	9.960	9.964
	-	<b>4</b>	-	<b>4</b>	<b>9.960</b>	<b>9.964</b>
	-	<b>935</b>	<b>(929)</b>	<b>6</b>	<b>9.960</b>	<b>9.966</b>

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

As perdas de créditos esperadas são apresentadas em despesas com vendas, no grupo de Perdas de créditos, provisões e reversões. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas também em despesas com vendas, no grupo de Outros custos e despesas operacionais, líquidos.

## 7. Outros créditos

	31.12.2019	31.12.2018
Adiantamento a empregados	150	179
Outros créditos	115	88
	<b>265</b>	<b>267</b>

## 8. Tributos

### 8.1 Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

### 8.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

	Saldo em 1º.01.2018	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2018	Reconhecido no resultado	Reconhecido no resultado abrangente	Saldo em 31.12.2019
<b>Ativo não circulante</b>							
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	-	-	-	36.049	-	36.049
Perdas de créditos esperadas	-	2	-	2	3.386	-	3.388
Benefícios pós-emprego	401	167	158	726	80	489	1.295
Provisão para participação nos lucros	106	33	-	139	128	-	267
Provisões para litígios	53	(3)	-	50	53	-	103
INSS - liminar sobre depósito judicial	18	47	-	65	16	-	81
Provisão para compra de energia	16.975	22.940	-	39.915	(39.915)	-	-
Valor justo na compra e venda de energia	-	3.742	-	3.742	(3.742)	-	-
Outros	21	(8)	-	13	139	-	152
	<b>17.574</b>	<b>26.920</b>	-	<b>44.652</b>	<b>(3.806)</b>	<b>489</b>	<b>41.335</b>
<b>(-) Passivo não circulante</b>							
Valor justo na compra e venda de energia	-	5.030	-	5.030	65.915	-	70.945
Atualização de depósitos judiciais	-	10	-	10	133	-	143
Outros	-	280	-	280	-	-	280
	-	<b>5.320</b>	-	<b>5.320</b>	<b>66.048</b>	-	<b>71.368</b>
<b>Líquido</b>	<b>17.574</b>	<b>21.600</b>	-	<b>39.332</b>	<b>(69.854)</b>	<b>489</b>	<b>(30.033)</b>

### 8.2.1 Realização dos créditos fiscais diferidos

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo e passivo não circulantes está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração em 09.04.2020.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social: recuperados pela compensação com lucros tributários futuros;
- Perdas de crédito esperada: a realização será efetivada de acordo com a determinação do art. 9º da Lei 9.430/96 e art. 71 da IN 1.700/17, ou pela reversão dessa provisão;
- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Valor justo de compra e venda de energia (ativo e passivo): refere-se à expectativa de realização de ganhos e perdas dos contratos de compra e venda de energia e sua liquidação se dará pela data prevista no contrato para a entrega da energia;

- Demais valores: realizados quando atenderem os critérios de dedutibilidade previsto na legislação fiscal, ou por eventual reversão dos valores registrados.

A seguir está apresentada a projeção de realização dos créditos fiscais diferidos:

	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
2020	2.619	(2.452)
2021	9.211	(5.315)
2022	6.374	(649)
2023	9.864	(8.517)
2024	7.756	(5.964)
2025 a 2027	5.064	(9.595)
2028 a 2029	447	(38.876)
	<b>41.335</b>	<b>(71.368)</b>

### 8.3 Outros tributos

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Ativo circulante</b>		
ICMS a recuperar	552	534
PIS/Pasep e Cofins a compensar	11.681	14.076
	<b>12.233</b>	<b>14.610</b>
<b>Passivo circulante</b>		
ICMS a recolher	2.578	438
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	11
Outros tributos	12	8
	<b>2.590</b>	<b>457</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	237	191
	<b>237</b>	<b>191</b>

(a) O depósito judicial correspondente está registrado no ativo não circulante.

### 8.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL</b>	<b>205.160</b>	<b>(7.470)</b>
<b>IRPJ e CSLL (34%)</b>	<b>(69.754)</b>	<b>2.540</b>
<b>Efeitos fiscais sobre:</b>		
Equivalência patrimonial	(95)	(5)
Despesas indedutíveis	(5)	(7)
Incentivos fiscais	-	80
Outros	-	24
<b>IRPJ e CSLL correntes</b>	<b>-</b>	<b>(18.968)</b>
<b>IRPJ e CSLL diferidos</b>	<b>(69.854)</b>	<b>21.600</b>
Alíquota efetiva - %	34,0%	35,2%

## 9. Depósito judiciais

A Companhia discute judicialmente processos na justiça civil e tributário, para os quais realizou depósitos judiciais. A sentença dos processos definirá a utilização dos montantes para pagamento ou o retorno dos valores à Companhia. Do saldo em 31.12.2019, R\$ 234 referem-se à processos tributários e R\$ 12.983 à processos na esfera cível.

Os processos na esfera cível referem-se à discussão junto à fornecedores que não cumpriram com a entrega da energia contratada, A Companhia, portanto, efetuou depósito judicial no intuito de que os valores sejam liberados apenas quando confirmada a entrega efetiva (registro e entrega) por parte da CCEE.

## 10. Investimentos

A Companhia participa com 49% do capital social da coligada Dominó Holdings Ltda., empresa com sede na cidade de Curitiba/PR e com a atividade principal de participação em outras sociedades.

### 10.1 Mutação do investimento

<b>Em 1º.01.2018</b>	<b>2.457</b>
Equivalência patrimonial	(15)
<b>Em 31.12.2018</b>	<b>2.442</b>
Equivalência patrimonial	(280)
Redução de capital	(735)
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.181)
<b>Em 31.12.2019</b>	<b>246</b>

### 10.2 Principais grupos de ativo, passivo e resultado do investimento

<b>Dom inó Holdings</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
<b>ATIVO</b>	<b>514</b>	<b>4.996</b>
Ativo circulante	511	4.784
Ativo não circulante	3	212
<b>PASSIVO</b>	<b>514</b>	<b>4.996</b>
Passivo circulante	13	13
Patrimônio líquido	501	4.983
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO</b>		
Custos e despesas operacionais	(679)	(269)
Resultado financeiro	107	239
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(572)</b>	<b>(30)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>(572)</b>	<b>(30)</b>
Participação na coligada - %	49,00	49,00
Valor contábil do investimento	246	2.442

Em 31.12.2019, a Dominó Holdings apresenta passivo contingente, por não ser provável saída de recursos, cuja participação da Companhia equivale a R\$ 967 (R\$ 1.036 em 31.12.2018).

## 11. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Obrigações sociais</b>		
Impostos e contribuições sociais	511	601
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	216	197
	<b>727</b>	<b>798</b>
<b>Obrigações trabalhistas</b>		
Folha de pagamento, líquida	287	-
Férias	786	719
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	786	409
	<b>1.859</b>	<b>1.128</b>
	<b>2.586</b>	<b>1.926</b>

## 12. Fornecedores

	31.12.2019	31.12.2018
Energia elétrica	149.173	118.039
Materiais e serviços	3.864	8.369
	<b>153.037</b>	<b>126.408</b>

## 13. Benefícios Pós-emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e Plano Assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício.

Os ativos do plano de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado).

O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

### 13.1 Plano de benefício previdenciário

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo. Este plano está fechado para novos participantes desde 1998.

O Plano III é um plano de Contribuição Variável - CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

As parcelas de custos assumidas pela patrocinadora desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com o CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19 R e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração da controladora.

### 13.2 Plano Assistencial

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

### 13.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
Planos previdenciários	39	1
Plano assistencial	3.808	2.133
	<b>3.847</b>	<b>2.134</b>
<b>Circulante</b>	<b>68</b>	<b>5</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.779</b>	<b>2.129</b>

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Empregados</b>		
Planos previdenciários	697	777
Plano assistencial - pós-emprego	264	206
Plano assistencial - funcionários ativos	365	322
	<b>1.326</b>	<b>1.305</b>
<b>Administradores</b>		
Planos previdenciários	139	184
Plano assistencial	16	18
	<b>155</b>	<b>202</b>
	<b>1.481</b>	<b>1.507</b>

### 13.4 Mutação dos benefícios pós-emprego

<b>Em 1º.01.2018</b>	<b>1.470</b>
Apropriação do cálculo atuarial	206
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	1.792
Ajuste referente a perdas atuariais	463
Amortizações	(1.797)
<b>Em 31.12.2018</b>	<b>2.134</b>
Apropriação do cálculo atuarial	264
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	1.492
Ajuste referente a perdas atuariais	1.437
Amortizações	(1.480)
<b>Em 31.12.2019</b>	<b>3.847</b>

### 13.5 Avaliação atuarial de acordo com o CPC 33 (R1)

#### 13.5.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos, para 2019 e 2018, estão demonstradas a seguir:

	2019		2018	
	Real	Nominal	Real	Nominal
<b>Econômicas</b>				
Inflação a.a.	-	2,90%	-	4,00%
<b>Taxa de desconto/retorno esperados a.a.</b>				
Planos Unificado - Benefício Definido	3,05%	6,04%	4,60%	8,78%
Planos Unificado - Saldado	3,20%	6,19%	4,60%	8,78%
Planos III	3,20%	6,19%	4,60%	8,78%
Planos Assistencial	3,30%	6,30%	4,60%	8,78%
<b>Crescimento salarial</b>				
Plano Unificado a.a.	1,00%	3,93%	2,00%	6,08%
Plano III a.a.	1,50%	4,44%	1,50%	5,56%
<b>Demográficas</b>				
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEVOSS		WINKLEVOSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927

#### 13.5.2 Expectativa de vida a partir da idade média – Tábua AT-2000 (em anos)

	Plano Unificado	Plano III
<b>Em 31.12.2019</b>		
Participantes aposentados	13,13	25,84
Participantes pensionistas	8,40	25,84
<b>Em 31.12.2018</b>		
Participantes aposentados	14,37	22,74
Participantes pensionistas	15,68	27,21

A idade média dos participantes inativos dos planos de aposentadoria e assistência médica da Companhia é, respectivamente, de 66,6 e 65,9 anos.

### 13.5.3 Avaliação atuarial

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2019 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 1.045 e de R\$ 598, enquanto que, em 31.12.2018, a posição era, respectivamente, de R\$ 458 e de R\$ 132. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2019, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2019	31.12.2018
Obrigações total ou parcialmente cobertas	7.007	20.011	4.438	31.456	17.274
Valor justo dos ativos do plano	(8.052)	(20.609)	(631)	(29.292)	(15.731)
<b>Estado de cobertura do plano</b>	<b>(1.045)</b>	<b>(598)</b>	<b>3.807</b>	<b>2.164</b>	<b>1.543</b>
Ativo não reconhecido	1.045	598	-	1.643	590
	-	-	<b>3.807</b>	<b>3.807</b>	<b>2.133</b>

A Companhia procedeu ajustes nos seus passivos assistenciais através de relatório atuarial, data base 31.12.2019, quando efetuou os registros, em outros resultados abrangentes, do valor total de R\$ 1.437, correspondente a um acréscimo apurado naquela data base.

### 13.5.4 Movimentação do passivo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2018</b>	<b>3.959</b>	<b>3.671</b>	<b>1.761</b>
Custo de serviço	-	172	59
Custo dos juros	393	415	175
Benefícios pagos	(540)	(547)	-
Perdas atuariais	2.139	5.096	521
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2018</b>	<b>5.951</b>	<b>8.807</b>	<b>2.516</b>
Custo de serviço	-	37	74
Custo dos juros	537	662	233
Benefícios pagos	(483)	(1.151)	-
Perdas atuariais	1.002	11.656	1.615
<b>Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2019</b>	<b>7.007</b>	<b>20.011</b>	<b>4.438</b>

### 13.5.5 Movimentação do ativo atuarial

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
<b>Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2018</b>	<b>4.318</b>	<b>3.854</b>	<b>292</b>
Retorno esperado dos ativos	774	947	28
Contribuições e aportes	31	37	-
Benefícios pagos	(540)	(547)	-
Ganhos atuariais	1.826	4.648	63
<b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2018</b>	<b>6.409</b>	<b>8.939</b>	<b>383</b>
Retorno esperado dos ativos	732	1.381	166
Contribuições e aportes	25	37	-
Benefícios pagos	(464)	(1.148)	-
Ganhos atuariais	1.350	11.400	82
<b>Valor justo do ativo do plano em 31.12.2019</b>	<b>8.052</b>	<b>20.609</b>	<b>631</b>

### 13.5.6 Custos estimados

Os custos (receitas) estimados para 2020, para cada plano, estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	-	37	106
Custo estimado dos juros	434	1.196	272
Rendimento esperado do ativo do plano	(381)	(1.196)	(39)
Contribuições estimadas dos empregados	-	(19)	-
<b>Custos (receitas)</b>	<b>53</b>	<b>18</b>	<b>339</b>

### 13.5.7 Análise de sensibilidade

A tabela a seguir apresenta a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de um aumento ou uma redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
<b>Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo</b>		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(469)	476
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(386)	391
<b>Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos</b>		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	311	(290)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	7	(7)
<b>Sensibilidade ao custo do serviço</b>		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	-	-
Impactos nas obrigações do programa de saúde	9	(9)

### 13.5.8 Benefícios a pagar

Os benefícios estimados a serem pagos pela Companhia, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2020	333	854	104	1.291
2021	330	837	135	1.302
2022	337	814	135	1.286
2023	328	792	141	1.261
2024	321	770	139	1.230
2025 a 2049	5.043	11.917	2.653	19.613

### 13.5.9 Alocação de ativos e estratégia de investimentos

A alocação de ativos para os planos previdenciários e assistencial da Companhia no final de 2019 e a alocação-meta para 2020, por categoria de ativos, são as seguintes:

	<b>Meta para 2020</b>	<b>2019</b>
Renda fixa	70,4%	82,2%
Renda variável	9,1%	7,8%
Empréstimos	1,6%	1,6%
Investimentos imobiliários	7,2%	1,4%
Investimentos estruturados	8,9%	7,1%
Investimentos no exterior	2,8%	0,0%
	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>

Abaixo são apresentados os limites estipulados pela administração do Fundo:

	<b>Plano Unificado</b>		<b>Plano III</b>	
	<b>meta (%) (*)</b>	<b>mínimo (%)</b>	<b>meta (%)</b>	<b>mínimo (%)</b>
Renda fixa	86,5%	55,0%	51,0%	23,0%
Renda variável	5,0%	1,0%	14,0%	8,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	3,0%	1,0%
Investimentos imobiliários	5,0%	1,0%	10,0%	0,0%
Investimentos estruturados	3,0%	0,0%	16,0%	0,0%
Investimentos no exterior	0,0%	0,0%	6,0%	0,0%

(\*) Meta baseada no total de investimentos de cada plano.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

## 14. Outras contas a pagar

	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Cauções em garantia	2.225	980
Outras obrigações	58	263
	<b>2.283</b>	<b>1.243</b>
	<b>Circulante</b>	<b>2.230</b>
	<b>Não circulante</b>	<b>53</b>
		<b>1.243</b>
		<b>-</b>

## 15. Provisões para Litígios e Passivos Contingentes

A Companhia responde processos judiciais na justiça trabalhista e federal (fiscal). A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.4 são atendidos.

Em 31.12.2019 o saldo de R\$ 304 (R\$ 147 em 31.12.2018) refere-se a ações trabalhistas. A Companhia também discute a incidência da contribuição previdenciária (INSS a recolher) sobre determinadas verbas salariais, mas o saldo desta provisão fiscal está divulgado na NE nº 8.3.

Passivos contingentes são obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação. Em 31.12.2019 a Companhia possui R\$ 339 (R\$ 157 em 31.12.2018) referente a passivos contingentes de ações trabalhistas.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica do sistema judiciário brasileiro. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

## 16. Patrimônio Líquido

### 16.1 Capital social

Em 31.12.2019, o capital social integralizado é de R\$ 45.459 (R\$ 45.459 em 31.12.2018), composto por 45.458.933 ações ordinárias em 31.12.2019 e 31.12.2018, sem valor nominal, pertencentes à Copel.

### 16.2 Mutação do ajuste de avaliação patrimonial

<b>Em 1º.01.2018</b>	<b>(668)</b>
<b>Passivos atuariais</b>	
Benefícios pós-emprego	(463)
Tributos sobre os ajustes	158
<b>Em 31.12.2018</b>	<b>(973)</b>
<b>Passivos atuariais</b>	
Benefícios pós-emprego	(1.437)
Tributos sobre os ajustes	489
<b>Em 31.12.2019</b>	<b>(1.921)</b>

### 16.3 Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, limitada a 20% do capital social.

A reserva de retenção de lucros ocorre mediante a retenção do remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal e da proposição dos dividendos.

#### 16.4 Proposta de distribuição de dividendos

	31.12.2019	31.12.2018
<b>(1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	135.306	(4.838)
Absorção do prejuízo pela reserva de retenção de lucros	-	4.838
Reserva legal	(6.765)	-
Ajuste da reserva legal conforme limite legal de 20% do capital social	181	-
Reserva legal ajustada (4,87%)	(6.584)	-
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	128.722	-
	<b>32.180</b>	-
<b>(2) Dividendos propostos (parcela realizada do lucro líquido do exercício)</b>	<b>88</b>	-
<b>(3) Reserva de lucros a realizar (1-2)</b>	<b>32.092</b>	-
<b>Dividendos por ação:</b>		
Dividendos obrigatórios (em R\$)	0,70790	-
Dividendos registrados (em R\$)	0,00194	-

No exercício encerrado em 31.12.2019, a Companhia obteve ganho líquido com a variação no valor justo dos contratos de compra e venda de energia elétrica, no valor de R\$ 135.218. Considerando que o lucro líquido do exercício de 2019 foi de R\$ 135.306, a parcela financeiramente realizada do referido lucro foi de R\$ 88.

Conforme as disposições estatutárias, o valor dos dividendos mínimos obrigatórios seria de R\$ 32.180. Com base no artigo 197 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, a Administração da Companhia propôs a Assembleia Geral a redução da proposição de dividendos em R\$ 32.092, com a consequente constituição de reserva de lucros a realizar no citado valor.

#### 16.5 Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído por ação

Controladora	31.12.2019	31.12.2018
<b>Numerador básico e diluído</b>		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído à acionista controladora		
Ações ordinárias	135.306	(4.838)
<b>Denominador básico e diluído</b>		
Média ponderada das ações (em milhares)		
Ações ordinárias	45.458.933	45.083.454
<b>Lucro líquido do período básico e diluído por ação atribuído à acionista controladora</b>		
Ações ordinárias	2,97645	(0,10731)

## 17. Receita Operacional

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2019
Fornecimento de energia elétrica	616.160	(54.742)	(25.135)	-	536.283
Suprimento de energia elétrica	1.177.628	(108.930)	-	-	1.068.698
Valor justo na compra e venda de energia (NE nº 20.2.4)	204.876	-	-	-	204.876
Outras receitas operacionais	1.217	(112)	-	(61)	1.044
	<b>1.999.881</b>	<b>(163.784)</b>	<b>(25.135)</b>	<b>(61)</b>	<b>1.810.901</b>

	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	ISSQN	Receita líquida 31.12.2018
Fornecimento de energia elétrica	424.230	(38.010)	(13.183)	-	373.037
Suprimento de energia elétrica	1.065.879	(98.616)	-	-	967.263
Outras receitas operacionais	1.005	(93)	-	(50)	862
	<b>1.491.114</b>	<b>(136.719)</b>	<b>(13.183)</b>	<b>(50)</b>	<b>1.341.162</b>

## 18. Custos e despesas operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras despesas operacionais líquidas	31.12.2019
Energia elétrica comprada para revenda	(1.590.272)	-	-	-	(1.590.272)
Pessoal e administradores (18.1)	(7.966)	-	(5.075)	-	(13.041)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 13.3)	(968)	-	(513)	-	(1.481)
Material	-	-	(15)	-	(15)
Serviços de terceiros (18.2)	(117)	-	(1.601)	-	(1.718)
Depreciação e amortização	-	-	(44)	-	(44)
Provisão para litígios	-	-	-	(156)	(156)
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(4)	-	-	(4)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos	(4)	-	(1.509)	(1)	(1.514)
	<b>(1.599.327)</b>	<b>(4)</b>	<b>(8.757)</b>	<b>(157)</b>	<b>(1.608.245)</b>

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	31.12.2018
Energia elétrica comprada para revenda	(1.338.473)	-	-	-	(1.338.473)
Pessoal e administradores (18.1)	(7.200)	-	(6.534)	-	(13.734)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 13.3)	(839)	-	(668)	-	(1.507)
Material	-	-	(65)	-	(65)
Serviços de terceiros (18.2)	(99)	-	(1.601)	-	(1.700)
Depreciação e amortização	-	-	(16)	-	(16)
Provisão para litígios	-	-	-	9	9
Perdas de créditos, provisões e reversões	-	(935)	-	-	(935)
Outras receitas, custos e despesas operacionais, líquidos	(1)	-	(1.939)	3.783	1.843
	<b>(1.346.612)</b>	<b>(935)</b>	<b>(10.823)</b>	<b>3.792</b>	<b>(1.354.578)</b>

### 18.1 Pessoal e administradores

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Pessoal</b>		
Remunerações	7.283	7.253
Encargos sociais	2.224	2.350
Auxílio alimentação e educação	629	552
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados (a)	786	409
Programa de desligamentos voluntários	654	1.061
	<b>11.576</b>	<b>11.625</b>
<b>Administradores</b>		
Honorários	1.085	1.616
Encargos sociais	369	472
Outros gastos	11	21
	<b>1.465</b>	<b>2.109</b>
	<b>13.041</b>	<b>13.734</b>

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

### 18.2 Serviços de terceiros

	31.12.2019	31.12.2018
Serviços especializados	524	474
Manutenção de instalações	262	162
Passagens e condução	168	148
Comunicação, processamento e transmissão de dados	143	308
Publicações legais	120	132
Consultoria e auditoria	56	147
Outros serviços	445	329
	<b>1.718</b>	<b>1.700</b>

## 19. Resultado Financeiro

	31.12.2019	31.12.2018
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	1.351	3.864
Acréscimos moratórios sobre faturas	788	1.193
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre receitas financeiras	(646)	(296)
Outras receitas financeiras	1.511	1.304
	<b>3.004</b>	<b>6.065</b>
<b>(-) Despesas financeiras</b>		
Variações monetárias e outras despesas financeiras	220	104
	<b>220</b>	<b>104</b>
<b>Líquido</b>	<b>2.784</b>	<b>5.961</b>

## 20. Instrumentos Financeiros

### 20.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2019		31.12.2018	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	9.713	9.713	12.399	12.399
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	1.326	1.326	1.302	1.302
Valor justo na compra e venda de energia	7	3	460.635	460.635	14.793	14.793
			<b>471.674</b>	<b>471.674</b>	<b>28.494</b>	<b>28.494</b>
<b>Custo Amortizado</b>						
Cientes (a)	6		159.327	159.327	131.871	131.871
<b>Total dos ativos financeiros</b>			<b>631.001</b>	<b>631.001</b>	<b>160.365</b>	<b>160.365</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Valor justo na compra e venda de energia	14	3	251.973	251.973	11.006	11.006
<b>Custo Amortizado</b>						
Fornecedores (a)	12		153.037	153.037	126.408	126.408
<b>Total dos passivos financeiros</b>			<b>405.010</b>	<b>405.010</b>	<b>137.414</b>	<b>137.414</b>

Os níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

**Nível 1:** obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

**Nível 2:** obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo.

**Nível 3:** obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e de seu prazo de realização.
- Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.

### 20.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

#### 20.2.1 Risco de crédito

<b>Exposição ao risco de crédito</b>	<b>31.12.2019</b>	<b>31.12.2018</b>
Caixa e equivalentes de caixa (a)	9.713	12.399
Títulos e valores mobiliários (a)	1.326	1.302
Cientes (b)	159.327	131.871
	<b>170.366</b>	<b>145.572</b>

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de cliente ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal

e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Companhia. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência de contas a receber, detectando os consumidores inadimplentes, implementando políticas específicas de cobrança e suspendendo o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato. Conforme NE nº 6, o prazo de recebimento dos saldos de clientes é, em média, de 10 dias.

#### 20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados ao controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os passivos financeiros da Companhia se restringem ao saldo de Fornecedores que tem a liquidação prevista para menos de um mês, a partir de 31.12.2019.

#### 20.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

##### **a) Risco de taxa de juros e variações monetárias**

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

##### **Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias**

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados o saldo existente na respectiva conta em 31.12.2019 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação do indicador CDI/Selic em 4,25%, conforme previsto na mediana das expectativas de mercado para 2020 do Relatório Focus do Bacen de 06.03.2020.

Para os cenários 1 e 2, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2019	Cenários projetados - dez.2020		
			Provável	Cenário1	Cenário 2
<b>Ativos financeiros</b>					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	1.326	56	42	28

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros, considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1). Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2019, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

#### 20.2.4 Risco relacionado ao preço nas operações de compra e venda de energia

A Companhia opera no mercado de compra e venda de energia com objetivo de alcançar resultados com as variações do preço de energia, respeitados os limites de risco pré-estabelecidos pela Administração. Esta atividade, portanto, expõe a Companhia ao risco do preço futuro da energia.

As operações de compra e venda de energia futuras são reconhecidas pelo valor justo por meio do resultado, apurado pela diferença entre o preço contratado e o preço de mercado futuro estimado pela Companhia.

Em 31.12.2019, baseado nos valores nominais de R\$ 4.448.602 (R\$ 222.928, em 31.12.2018) para contratos de compra e de R\$ 4.089.801 (R\$ 95.382, em 31.12.2018) para contratos de venda de energia elétrica, o valor justo foi estimado utilizando os preços definidos internamente pela Companhia na última semana de dezembro de 2019, que representavam a melhor estimativa do preço de mercado futuro. A taxa de desconto utilizada tem como referência a taxa de retorno das NTN-B divulgada pela Anbima, em 02.01.2020, ajustada pelo risco de crédito e pelo risco adicional de projeto.

Os saldos patrimoniais, referentes à estas transações em aberto em 31.12.2019, estão abaixo apresentados. A variação em relação ao saldo líquido de R\$ 3.786, em 31.12.2018, decorre do aumento do nível de contratação no mercado livre de energia.

	31.12.2019		
	Ativo	Passivo	Saldo líquido
Circulante	13.540	(7.152)	6.388
Não circulante	447.095	(244.821)	202.274
	<b>460.635</b>	<b>(251.973)</b>	<b>208.662</b>

#### **Análise de sensibilidade sobre as operações de compra e venda de energia**

O principal fator de risco é a exposição à variação dos preços de mercado da energia. A variação da taxa de desconto não impacta de forma relevante o valor justo apurado.

As análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/08. Para o cenário provável consideraram-se os saldos atualizados com a curva de preços de mercado, a taxa de risco de crédito e taxa NTN-B em 07.04.2020. Para os cenários 1 e 2, a elevação ou queda de 25% e 50% nos preços futuros, aplicados sobre os preços de mercado de 31.12.2019. Os resultados obtidos são estes:

	Variação no preço	Base 31.12.2019	Cenários projetados		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ganhos (perdas) não realizados em operações compra e venda de energia em mercado ativo	Elevação	208.662	192.103	270.953	349.803
	Queda	208.662	192.103	113.253	34.402

### 20.2.5 Risco de contraparte no mercado de energia

O mercado livre de energia ainda não possui uma contraparte garantidora de todos os contratos (*clearing house*), de modo que o risco de *default* é bilateral. Desta forma, a Companhia está exposta ao risco de falha na entrega da energia contratada pelo vendedor. Na ocorrência de falha na entrega, a Companhia é obrigada a adquirir energia ao preço do mercado de curto prazo, podendo incorrer ainda em penalidades regulatórias e mesmo em perda do valor pago.

A Companhia possui uma política que impõem limites para as operações possíveis com cada contraparte, após análise de sua capacidade financeira, maturidade e histórico.

Adicionalmente, mesmo que nossa política seja mais restritiva, e as contrapartes apresentem boa situação financeira, a Companhia está exposta a eventos sistêmicos em que o *default* de um agente acabe afetando outras comercializadoras, num "efeito dominó", até chegar a contrapartes da Companhia.

## 21. Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	Ativo		Passivo		Receita		Custo / Despesa	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
<b>Controladora - Copel</b>								
Dividendos	-	-	88	-	-	-	-	-
Compartilhamento de estrutura	-	-	40	58	-	-	128	172
<b>Entidade sob controle em comum</b>								
Compartilhamento de estrutura								
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	-	81	94	-	-	289	219
Copel Distribuição S.A.	-	3	143	155	-	-	511	412
Compra e venda de energia								
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	-	87.528	47.553	30.428	82.364	998.258	565.882
Parques eólicos	10	-	-	-	6.705	-	-	-
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	-	-	691	641	-	-	7.834	7.551
Serviços de telecomunicações								
Copel Telecomunicações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	307
<b>Pessoal chave da administração</b>								
Honorários e encargos sociais (NE nº 18.1)	-	-	-	-	-	-	1.465	2.109
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 13.3)	-	-	-	-	-	-	155	202
<b>Lactec - venda de energia e serviços</b>	3	-	-	-	724	-	-	-

A Copel forneceu garantias financeiras, na modalidade de carta fiança corporativa, para contratos de compra de energia elétrica efetuados pela Companhia no total de R\$ 21.846 (R\$ 79.358 em 2018).

A Companhia patrocina planos previdenciário e assistencial administrados pela Fundação Copel, conforme NE nº 13. Os saldos do passivo são apresentados na NE 13.3.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

## 22. Compromissos

	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Passivo 31.12.2019	Passivo 31.12.2018
Compra de energia	347.511	1.607.547	6.002.087	6.300.023	14.257.168	1.844.098

## 23. Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Seguro D&O	28.03.2021	100.768
Garantia de Pagamento	31.12.2020	2.517
Garantia de Pagamento	31.01.2021	1.199

O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2019, de R\$ 4,0307.

## 24. Eventos subsequentes

### 24.1 Efeitos do coronavírus (COVID-19) nas demonstrações financeiras

A Companhia tem avaliado constantemente os potenciais impactos do Coronavírus (COVID-19) nas áreas administrativas e de operações e tem tomado medidas visando conter a disseminação da doença e minimizar os impactos econômicos. Ressalta-se ainda que até o momento não houve impacto relevante ou material em seus negócios que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2019. A Companhia, junto com sua Controladora, constituiu uma comissão de contingência e continuará avaliando impactos e riscos e fará as divulgações necessárias quando pertinentes.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da  
Copel Comercialização S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Comercialização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Copel Comercialização S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações, que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 9 de abril de 2020

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Fernando de Souza Leite  
Contador  
CRC nº 1 PR 050422/O-3

## RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

### 1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por cinco membros, Conselheiros de Administração, em sua totalidade independentes, conforme legislação aplicável. As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

A pedido do CAE foi desenvolvido, em 2019, pela consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel, plano de trabalho para apoiar as atividades do CAE, considerando legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; plano para atender as responsabilidades; referências de *benchmarks*; aspectos sobre treinamentos e discussões com o Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura desse cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx 301/407, à Instrução CVM 509, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

A auditoria independente, atualmente Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte, é responsável pela auditoria das Demonstrações Contábeis e deve assegurar que essas apresentem, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, CTE, COM e Eólicas) e controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Além disso, a Deloitte também é responsável por avaliar o ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais uma vez que essas são sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley* - SOx.

O Comitê de Auditoria Estatutário elaborará, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

## 2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley – Sox*, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 2019, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2019/2020: Conselheiros Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro), Leila Abraham Loria, Olga Stankevicius Colpo e Luiz Cláudio Maia Vieira, todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e pela *New York Stock Exchange - NYSE*.

Considerando o deliberado na 194ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, de 06.06.2019, sobre a necessidade de disponibilização de profissional interno, com dedicação exclusiva, para assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, foi designada a assessora do CAE da Copel, Fabíola da Silva Carvalho Walesko (registro 47936), conforme a Circular-093/2019, de 01.11.2019.

## 3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2019

### 3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

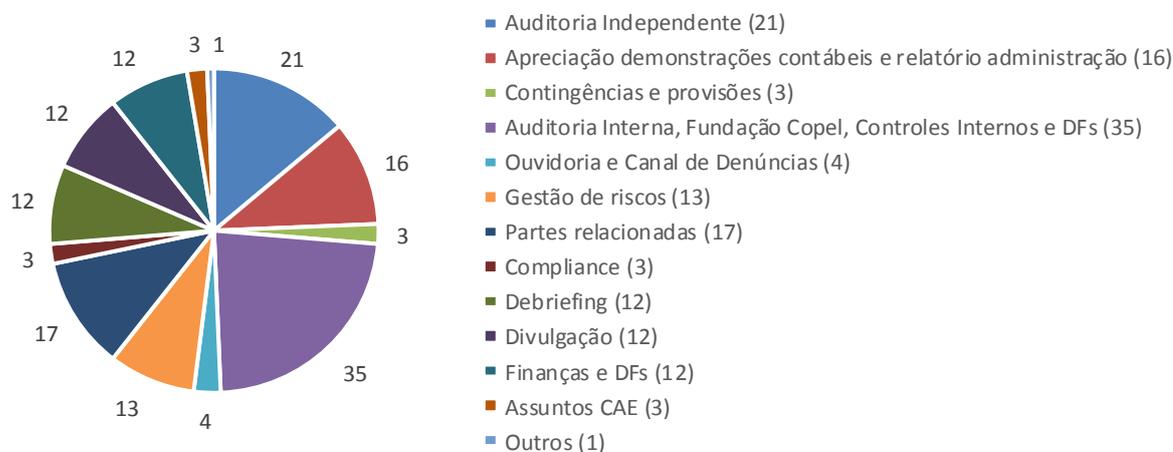
As pautas das reuniões realizadas em 2019 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado para o Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para a discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões e 153 pautas: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de comunicação confidencial; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários; partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019, foram realizadas 23 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, que contemplaram 162 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

#### PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



### 3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2019, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 20 pautas com participação da Auditoria Independente e 01 pauta extraordinária com comentário sobre contatos iniciais com a Auditoria Independente relativo a assunto especial. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2018; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2019; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2019; reportes mensais sobre a UEGA e indagação sobre conhecimento de fraudes e os processos adotados para mitigação.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

### 3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2019, foram realizadas 16 pautas, sendo que 09 delas tiveram como objeto as demonstrações contábeis e em 7 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram contratação de outros serviços que possam ser prestados por empresas de Auditoria Independente que estejam auditando as demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; revisão das políticas, práticas e princípios de contabilidade utilizados pela Copel na elaboração das demonstrações contábeis e financeiras, em especial os novos pronunciamentos contábeis - CPC47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC48 - Instrumentos Financeiros; a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2018; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2019; a reapresentação das Demonstrações Financeiras dos Exercícios 2018, 2017 e 2016 da Copel GeT para atender a CVM quanto à abertura de capital, o Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras de 2018, com apresentação do Parecer da Deloitte, sem ressalvas; a ratificação da Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2018 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade; a revisão das Demonstrações

Financeiras Intermediárias referentes aos 1º, 2º e 3º Trimestres de 2019.

O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos, os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê verificou que as Demonstrações Financeiras da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais e controladas - estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e das normas emitidas pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

### 3.4. CONTINGÊNCIAS E PROVISÕES

No decorrer de 2019, foram realizadas 03 pautas tendo como objeto contingências e provisões, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o monitoramento com relação às provisões da Companhia e às ações que estão sendo realizadas para melhoria dos processos jurídicos, bem como os critérios de classificação das contingências jurídicas.

É importante destacar que as contingências judiciais (e administrativas) passivas e suas respectivas provisões foram analisadas e discutidas em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário com a área Jurídica, a Contabilidade, e a área de Conformidade e Controles Internos, além dos Auditores Independentes. Em ano anterior foi solicitada, pelo Comitê de Auditoria Estatutário, a revisão dos critérios utilizados para classificação do prognóstico de êxito e a estimativa de valores dos processos administrativos e judiciais e, com isso, nortear o provisionamento contábil dos valores em discussão, apresentado por meio de relatório de monitoramento da Diretoria de Riscos e Compliance.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos a contingências e provisões.

### 3.5. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2019, foram tratadas 19 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna e a verificação de suas recomendações, aprovou o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2019 e o Plano Anual da Auditoria Interna - Paint 2019/2020; efetuou a avaliação dos procedimentos para formalização dos débitos a favor de escritório contratado mediante Termo de Ajuste de Conta - TAC referente a processo arbitral; tomou conhecimento da conclusão da Certificação da Auditoria Interna; acompanhou trabalhos especiais da Auditoria Interna, teve informações e efetuou aprovações no âmbito do Programa de Gestão da Qualidade e Melhoria contínua - PGQM/Certificação Internacional da Auditoria Interna; aprovou a adequação do Regulamento da Auditoria Interna e do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário às normas internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna em sua 182ª Reunião, de 12.12.2018 e encaminhou, em sua 183ª Reunião, de 23.01.2019, ao Conselho de Administração recomendando sua aprovação final; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley - SOx*.

Na 184ª Reunião, de 20.02.2019, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel, sendo abordado os principais dados e resultados dos planos: i) informes institucionais; ii) estatística populacional; iii) parecer atuarial; iv) política de investimentos; v) comparativos de rentabilidade; vi) auditorias e vii) fiscalização realizada pela Previc.

Especificamente em relação à certificação internacional da Auditoria Interna, o CAE recebeu *feedback* das ações implementadas. Também analisou a nomeação de Superintendente da Auditoria Interna e, por meio da Coordenadoria de Recursos Humanos, obteve reporte do Programa de Coaching e do plano

implementado.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

### **3.6. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS**

No decorrer de 2019, foram tratadas 16 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; realizou a análise preliminar do Relatório de Controles Internos e do documento já em forma final; e recebeu a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

### **3.7. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS**

No decorrer de 2019, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 04 pautas da Ouvidoria e do Canal de Denúncias. Essas pautas abordaram o acompanhamento do Canal de Denúncias e a atualização da Política do Canal de Denúncias para adequação ao Informe de Governança Corporativa - Instrução CVM nº 586/2017, bem como constituição do Comitê de Investigação.

O CAE também acompanhou, ao longo do ano, em reuniões específicas, denúncias recebidas pelo Canal que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação através da Auditoria Interna.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o Acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, mensalmente, a Auditoria apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

### **3.8. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS**

No decorrer de 2019, foram tratadas 13 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram a revisão da Política de Gestão Integrada de

Riscos Corporativos da Companhia e o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da matriz de riscos, determinou que fosse adicionada à Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos, a necessidade de análise trimestral, por parte do Comitê, da matriz de Riscos, bem como os planos de mitigação decorrentes.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

### **3.9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2019, foram tratadas 17 pautas de transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a revisão da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à transações com partes relacionadas.

### **3.10. OUTRAS ATIVIDADES**

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; regimento interno CAE; e regulamentos de independência CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Nessas pautas foram tratadas Políticas Internas da Companhia como: de aplicação financeira, de investimentos, de contratação de serviços de auditoria independente, de integridade e atualização do programa de integridade.

Em relação a controladas e coligadas, o CAE, de forma intensiva durante o ano, fez o acompanhamento do processo de investigação realizado no âmbito da UEG Araucária Ltda. - UEGA, tendo frequentemente debatido o assunto e apresentado recomendações à Administração. Os reportes mensais sobre o andamento da questão continuam sendo realizados regularmente ao Colegiado, para monitoramento das providências em andamento.

O CAE também apreciou informações sobre a revisão do Código de Conduta da Companhia, bem como o calendário anual de reuniões para 2020.

No âmbito de sua programação para 2019, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, preparado pela consultoria PricewaterhouseCoopers - PwC para o Comitê, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado.

Considerando o deliberado na 194ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário - CAE, de 06.06.2019, sobre a necessidade de disponibilização de profissional interno com dedicação exclusiva para assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, foi designada a assessora do CAE da Copel, mencionada anteriormente.

## 4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

### 4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

### 4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E GERENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Gerências Executivas, através de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

## 5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- Desenvolvimento de Plano de Remediação das deficiências materiais nos controles internos da Companhia apontadas pelos Auditores Independente, por ocasião da execução dos trabalhos de auditoria relativos ao exercício social: **a.** Controles internos ineficazes no monitoramento e autorizações de certas transações em subsidiárias não integrais; **b.** Controles internos ineficientes sobre relatórios financeiros relacionados à contabilização de títulos e valores mobiliários/investimentos e impostos sobre ativos regulatórios; **c.** Implantação ineficaz de controles, políticas e procedimentos gerais de tecnologia da informação (TI) sobre acesso de usuários, segregação de funções e gerenciamento de mudanças em subsidiárias não integrais; **d.** Controles ineficazes sobre a aprovação de determinados tipos de entradas contábeis manuais; **e.** Controles ineficazes sobre estimativas utilizadas na análise de *impairment*; **f.** Controles ineficazes na identificação de processos relacionados à contabilização de provisão para riscos.

Para cada uma das deficiências citadas foi estabelecido um plano de ação pela diretoria competente responsável, os quais foram descritos no Formulário 20F, que exige a indicação de plano de ação quando existe deficiência material apontada pelo Auditor Independente. O Formulário 20F é requerido anualmente pela *Securities and Exchange Commission - SEC* para empresas estrangeiras com negociação de capital aberto nas bolsas de valores dos Estados Unidos. Nesse formulário são arquivados, por exemplo, relatórios contendo informações relevantes sobre as demonstrações financeiras e aspectos sobre governança corporativa. Os planos de ação apresentados no Formulário 20F foram amplamente discutidos no âmbito das Diretorias envolvidas, bem como com especialistas das áreas da Companhia. Foi criado um comitê de monitoramento das ações de remediação para as deficiências materiais e significativas apontadas pela Auditoria Independente, Deloitte, com a presença do Diretor Presidente e de Diretores responsáveis pelos planos de ação. O CAE passou, desde então, a fazer acompanhamento mensal do status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela Auditoria Independente.

- Reporte da implementação, pela Auditoria Interna, do Projeto de Certificação de *Quality Assessment* (Certificação da Auditoria Interna).

A Auditoria Interna concluiu a implantação da certificação da Auditoria Interna com a Emissão do Certificado da Avaliação de Qualidade realizada pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil.

- Verificação da aderência da Companhia à Lei Federal nº 13.303/2016 e providências pertinentes para assegurar, também, a aderência das empresas coligadas e/ou controladas à citada Lei Federal e às novas legislações vigentes.

A Companhia promoveu os ajustes necessários em seus documentos societários e internos para aderência ao previsto na Lei, inclusive contratou a PricewaterhouseCoopers - PwC para desenvolver plano de trabalho

para o CAE adequado às novas legislações vigentes, inclusive à de nº Lei 13.303/2016. O plano de trabalho já está incorporado às rotinas do Colegiado, sendo sua execução monitorada pela Secretaria de Governança Societária - SEC.

Adicionalmente, a Secretaria de Governança Societária - SEC realiza, para o Colegiado, o acompanhamento/monitoramento das deliberações de reuniões passadas, deixando as informações à disposição dos membros do CAE, em ambiente virtual de acesso restrito, mensalmente, sempre antes das reuniões ordinárias.

- Desenvolvimento de plano de implementação e de manutenção dos preceitos previstos no Código de Conduta da Copel para garantir que os colaboradores conheçam e sigam as diretrizes estabelecidas pelo Código.

A Companhia realizou treinamento e palestras, com a participação de empregados e terceirizados, com temas sobre o Código de Conduta e o Canal de Denúncia, conduzidas pela Coordenação de Integridade Corporativa, quando enfatizou a posição da Copel ao valorizar o diálogo transparente e o relacionamento ético com seus diversos públicos, com destaque para os fornecedores da Companhia. Nessas ocasiões, foram entregues exemplares do Código de Conduta. Também passaram a ser emitidos por correio interno “Alertas de Compliance” para todos os empregados da Companhia, dentre os mais variados temas, tendo como foco principal questões obrigatórias e processos sensíveis em cada âmbito de atuação.

## **6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2019, no Relatório Anual 2019, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 25 de março de 2020.

**MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO**

Presidente

**CARLOS BIEDERMANN**

Especialista Financeiro

**LEILA ABRAHAM LORIA**

**LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA**

**OLGA STANKEVICIUS COLPO**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**  
**SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES**  
**FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2019 E SOBRE A PROPOSTA DA**  
**DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO**  
**DE 2019**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Comercialização S.A. - Copel Energia, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2019. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de acionistas.

Curitiba, 09 de abril de 2020.

**DEMETRIUS NICHELE MACEI**  
Presidente

**HARRY FRANÇÓIA JÚNIOR**

**JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO.**